



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ORDENS DO DIA

- 1.1 - Plenário
- 1.2 - Comissões

2 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

3 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 64ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 7/10/2014

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 142, que altera a Lei Complementar nº 59, de 18 de janeiro de 2001, que trata da organização e da divisão judiciárias do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Rômulo Viegas opina pela manutenção do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 143, que altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer. Designado relator em Plenário, o deputado Zé Maia opina pela manutenção do veto.

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.287, que altera os limites da Estação Ecológica Estadual de Aredes, no Município de Itabirito. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.289, que fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Tribunal de Contas do Estado referente ao ano de 2013. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.295, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carlos Chagas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.306, que assegura ao aluno matriculado em estabelecimento de ensino de educação básica vinculado ao Sistema Estadual de Educação o direito de observar o período de guarda religiosa. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 22.336, que acrescenta dispositivo à Lei nº 13.408, de 21 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a denominação de estabelecimento, instituição e próprio público do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.



Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.337, que acrescenta dispositivos à Lei nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos, com o objetivo de proibir a utilização da tecnologia de incineração nos casos que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 22.352, que concede prazo ao donatário do imóvel de que trata a Lei nº 19.451, de 11 de janeiro de 2011, que autoriza o Instituto Estadual de Florestas - IEF - a doar ao Município de Pará de Minas o imóvel que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotou-se o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, dos deputados Jayro Lessa, Sargento Rodrigues e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 57/2013, do deputado Anselmo José Domingos e outros, que acrescenta inciso ao art. 64 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.272/2014, do governador do Estado, que altera a Lei nº 15.910, de 21 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o Fundo de Recuperação, Proteção e Desenvolvimento Sustentável das Bacias Hidrográficas do Estado de Minas Gerais - Fhidro -, criado pela Lei nº 13.194, de 29 de janeiro de 1999, e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 1.

Discussão, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 69/2014, do deputado Lafayette de Andrada e outros, que acrescenta artigo à Constituição do Estado para adequação ao disposto na Constituição da República. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.327/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e do Fundo Especial do Poder Judiciário. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.348/2014, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 427/2011, do deputado Sargento Rodrigues, que dispõe sobre a fiscalização da venda de ingressos de eventos artísticos, culturais e desportivos por cambista no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 873/2011, do deputado Inácio Franco, que dispõe sobre a integração de considerações ambientais nas licitações e nos contratos públicos do Estado de Minas Gerais a serem observadas pelos órgãos da administração direta, autarquias, inclusive as de regime especial, fundações públicas, fundos especiais não personificados, pelo seu gestor, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado, controladas direta ou indiretamente pelo Estado de Minas Gerais, prestadoras de serviço público e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.710/2011, do deputado Doutor Wilson Batista, que institui, no âmbito dos hospitais da rede pública de saúde do Estado, o Programa de Cirurgia Plástica Reconstructiva da Mama. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.165/2014, do Procurador-Geral de Justiça, que fixa o percentual, relativo ao ano de 2014, para a revisão anual dos vencimentos e dos proventos dos servidores do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.078/2012, do governador do Estado, que dispõe sobre a gestão unificada da função pública de interesse comum de uso do solo metropolitano no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, da Comissão de Assuntos Municipais, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues, que altera a Lei nº 18.185, de 4 de junho de 2009, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição da República. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.672/2013, do Tribunal de Contas, que altera a Lei nº 19.572/2011, que dispõe sobre a estrutura de cargos de direção, chefia e assessoramento do Tribunal de Contas dos Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.



ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 7/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.402/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.395/2011, da deputada Ana Maria Resende; 2.265/2011, do deputado Rômulo Viegas; 4.806/2013, do deputado Leonardo Moreira; 5.090/2014, da deputada Liza Prado; 5.131/2014, do deputado Luiz Humberto Carneiro; e 5.403/2014, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.946/2014, do deputado Leonídio Bouças; 5.260/2014, do deputado Tenente Lúcio; 5.263/2014, do deputado Paulo Lamac; 5.411 e 5.412/2014, do deputado Cássio Soares; 5.416/2014, do deputado Wander Borges; 5.417 e 5.418/2014, do deputado Bosco; 5.419/2014, do deputado Carlos Pimenta; 5.421/2014, do deputado Bosco; 5.424/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.425/2014, do deputado Gustavo Corrêa; 5.426/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.427/2014, do deputado Cássio Soares; 5.431/2014, do deputado Dilzon Melo; 5.434/2014, do deputado Duílio de Castro; 5.435/2014, do deputado Luiz Henrique; e 5.436/2014, do deputado Deiró Marra.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 7/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 7/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/10/2014

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 711/2011, do deputado Doutor Viana; 5.307/2014, do deputado Gustavo Perrella; 5.356/2014, do deputado Tadeu Martins Leite; 5.398/2014, do deputado Bosco; e 5.399/2014, do deputado Bosco.

Requerimentos nºs 8.632/2014, da deputada Liza Prado; 8.767/2014, do deputado Gil Pereira; e 8.799/2014, do deputado Marques Abreu.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 7/10/2014**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 8.571/2014, do deputado Celinho do Sinttrocel; 8.579/2014, do deputado Duarte Bechir; 8.609/2014, do deputado Rômulo Veneroso; 8.750/2014, do deputado Antônio Carlos Arantes; e 8.819/2014, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 7/10/2014**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 7/10/2014**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****63ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 30/9/2014**

O deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas que acompanham os trabalhos da Assembleia, educadores que lotam as galerias, senhoras e senhores, inicialmente, cabe a mim fazer aqui um esclarecimento.

Sempre defendi o que vai acontecer hoje, e estou aqui há 23 anos e alguns meses. Isso quer dizer que alguém que tenha relatado matéria de interesse do Plenário da Casa deveria, na verdade, ser o primeiro a falar. Todavia, a circunstância que me traz a ser o primeiro não seria essa, mas exatamente o tempo de ausência que tive aqui, da tribuna da Assembleia Legislativa. Então quem demorou a falar vai falar agora, em primeiro lugar. É o que está acontecendo hoje.

Inicialmente, cabe a mim esclarecer que a PEC 69, que desperta um enorme interesse no Estado de Minas Gerais entre os educadores, foi de autoria de outros colegas, embora pensasse de igual forma. Achei que seria uma oportunidade rediscutir, no Poder Legislativo, um entendimento do Supremo Tribunal Federal, não para desobedecer, não para divergir frontalmente, mas para permitir a todos uma reflexão. O Poder Judiciário deve mesmo ser o último a falar dos temas - respeito essa autonomia e louvo-a. Todavia, há circunstâncias em que o próprio Poder Judiciário, induzido por uma circunstância de momento - de repente movido por interesses, não os devidos interesses, mas os localizados -, pode criar julgamentos e entendimentos que dele divergimos.

O Estado brasileiro não pode ser pensado dos números dos artigos legais para a população. Deve ser pensado da população para o Estado, e não do Estado para as pessoas. A preocupação deve existir nesse e em outros sentidos. Agora eu me pergunto: por que você, que é advogado de formação, com inscrição antiga na Ordem dos Advogados do Brasil, de nº 35.321 - que quer dizer muitos anos -, tem um entendimento que diverge daquilo que o Poder Judiciário fez? Eu não estou divergindo do Poder Judiciário. Estou

acompanhando a proposta de emenda elaborada por colegas, a qual visa trazer à discussão um tema que tem provocado inquietação entre alunos, pais de alunos, professores, em todos aqueles que atuam na educação.

Essa preocupação eu gostaria que fosse enfrentada de início. Mas também não posso ser leviano e deixar de explicar a todos que participam deste momento que, estando algumas matérias constantes em pautas anteriores, como a votação de veto, que exige quórum qualificado, isso pode impedir, às vezes, de materializarmos aquilo que desejávamos. Volto a repetir: não como enfrentamento com o Poder Judiciário. Não como enfrentamento, mas como uma forma de permitir que a sociedade rediscuta o papel dos poderes, o que deve ser feito não apenas no âmbito do Estado de Minas Gerais mas também de todo o Brasil. É preciso que cada Poder passe a pensar o Estado para as pessoas, e não o contrário. Eu, que estou próximo de me despedir do Parlamento mineiro, não queria deixar de tornar pública esta minha preocupação: o Estado é muito importante, o poder público é essencial, mas precisamos saber que o Estado são também as pessoas, que devem ser respeitadas.

O deputado Lafayette de Andrada* - Deputado Sebastião Costa, agradeço-lhe o aparte. Inicialmente queria parabenizar o deputado Sebastião Costa pelo parecer lúcido como relator, favorável à PEC nº 69, que pretende, de uma vez por todas, pôr fim a esse calvário que os servidores da educação estão sofrendo.

O deputado Sebastião Costa disse muito bem que não se trata aqui de divergir da posição do Judiciário; trata-se de rediscutir a questão, de maneira serena, tranquila, pensando sobretudo nas pessoas. Dizia Platão, deputado João Leite, que as instituições se assemelham aos homens porque são feitas de homens; e, como V. Exa. disse, as leis têm que ser feitas para os homens, e não os homens para as leis.

Deputado Sebastião Costa, ao longo da feitura dessa PEC, que pretende pôr fim a esse calvário pelo qual os efetivados estão passando, eu, como primeiro signatário da matéria, quero recordar aqui a ausência de assinaturas dos deputados do PT. Lamento muito isso, deputado Sebastião Costa. Nenhum deputado do PT quis assinar a Proposta de Emenda à Constituição nº 69, que resolve a questão dos efetivados. Em nenhuma das reuniões das comissões especiais, algum deputado do PT se apresentou para discutir, nem falando a favor, nem contra. Ausentaram-se e estão utilizando a estratégia de obstrução para não deixarem que essa PEC seja votada. Prestem atenção nisso. É esse o caminho que eles querem. Mas não deixaremos isso acontecer, deputado Sebastião Costa. A sua valentia como relator e a valentia dos deputados que aqui estão farão valer a vontade dos mineiros na Justiça. E a justiça é, sim, reabsorver os efetivados pela Lei nº 100 por meio da PEC nº 69.

Muito obrigado, deputado Sebastião Costa, e parabéns pelo seu parecer.

O deputado Sebastião Costa - Agradeço ao deputado Lafayette de Andrada. Quero continuar meu raciocínio agradecendo a participação do deputado Lafayette de Andrada. Eu disse que o Estado brasileiro deve ser pensado no âmbito de todos os poderes - Legislativo, Executivo e Judiciário -, e ele deve ser pensado das pessoas para o Estado, e não do Estado para as pessoas. A própria Constituição Federal estabeleceu como ordenamento pioneiro que a admissão no serviço público acontecerá por concurso público. Num dos artigos seguintes, já nas disposições transitórias, a mesma Constituição deu estabilidade a todos os servidores públicos que tivessem cinco anos de exercício entre 5/10/1983 e 5/10/1988.

Portanto, num dos artigos, era vedada a estabilidade, porque só se pode admitir mediante concurso, e é importante que seja. No outro artigo, a mesma Constituição, talvez sob outro relator, já que havia sub-relatores na Assembleia Nacional Constituinte, deu um outro entendimento. Quem tivesse cinco anos naquela época... Aquela geração de brasileiros era importante para o Brasil, e a de hoje continua sendo.

Então é preciso que esse assunto seja discutido com fundamento e longe de qualquer leviandade ou interesse ocasional. Por que aquela Constituinte de 1988, só por ser constituinte, poderia estabilizar e o parlamentar comum dos nossos dias não pode sequer discutir o tema? Essa preocupação levou-me a dar o parecer. Aliás, eu o fiz com convicção. Tenho certeza de que é uma matéria discutível - disso não tenho dúvida - e também de que não houve leviandade da nossa parte, da Assembleia Legislativa nem dos integrantes da comissão e de todos os signatários do documento. Pelo contrário, o objetivo era trazer à discussão um tema que se formou ao longo do tempo.

Pensei que estava encerrando o meu tempo. Então, continuando minha fala, convoco todos aqueles parlamentares a aprofundarem o tema. Não existe obra acabada, mas uma discussão iniciada. Temos aqui a discussão em Plenário, a votação em 2º turno e as etapas para que a matéria seja aprimorada e aperfeiçoada. Agora, deixar de discuti-la seria uma fraqueza do Poder Legislativo. Nesse aspecto o meu parecer foi no intuito de que a matéria prosseguisse. Assim, estamos convocando os colegas à reflexão.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Sebastião Costa. Queria saudar o relator e presidente da comissão especial da PEC nº 69, indicado pelo presidente Dinis Pinheiro; os membros dessa comissão especial; os deputados Inácio Franco e Cássio Soares, assim como o conjunto, a maioria dos deputados da Assembleia Legislativa que decidiram... Como expôs muito bem o deputado Sebastião Costa, os deputados da Assembleia Legislativa não representam os Poderes Judiciário e Executivo, mas as trabalhadoras e os trabalhadores que estão nesta tarde na Assembleia Legislativa.

Esse é o entendimento do presidente Dinis Pinheiro, da maioria dos deputados que a assinaram e mesmo de alguns que não a assinaram porque foi um pedido nosso. Já que vocês conhecem bem o Regimento Interno da Assembleia, os deputados signatários não podem presidir a comissão especial nem ser relatores da matéria. Então vocês encontraram por aí alguns deputados que não a assinaram, mas isso porque pedimos que não a assinassem para que pudessem fazer parte da comissão especial da PEC nº 69.

Gostaria de dizer a todas e todos vocês que estão na Assembleia Legislativa, num movimento democrático dos mais bonitos que estamos acompanhando...

Quero agradecer, em nome dos meus colegas deputados, o carinho que estamos recebendo por todo o interior. Por onde passamos, estamos recebendo o carinho de vocês. Querem discutir e nos contar o que estão sofrendo quando mandaram que fossem ao INSS. Quando aquela professora de Santa Maria do Suaçuí chegou ao INSS, o perito disse-lhe: "você não fala mais por causa das suas cordas vocais, mas pode ser faxineira".



Não aceitamos isso. Não aceitamos que aconteça isso com as trabalhadoras e os trabalhadores da educação de Minas Gerais, com vocês que deram a vida pela educação em Minas. Por isso os deputados da Assembleia Legislativa, em homenagem às trabalhadoras, em homenagem aos trabalhadores, vão mudar a Constituição do Estado de Minas Gerais. Isso por causa de vocês.

Parabéns, deputado Sebastião Costa. Todos os deputados desta Casa que deixaram suas campanhas, deixaram as ruas em homenagem a vocês, vão mudar a Constituição em homenagem à trabalhadora e ao trabalhador da educação. Parabéns, deputado Sebastião Costa.

O deputado Sebastião Costa - Quero pedir desculpas aos colegas inscritos para apartear porque percebo que meu tempo está se encerrando. Tenho compreensão disso. Não se pode insurgir contra nenhum julgado, contra nada, se eu próprio não cumprir o Regimento. Estou cumprindo-o dizendo a cada pessoa presente: que bom seria se tivéssemos no Estado brasileiro os Poderes pensados das pessoas para o Estado e não do Estado para as pessoas. Muito obrigado aos que confiaram em mim. Muito obrigado a todos.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Célio Moreira* - Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, Sras. e Srs. Deputados, profissionais da educação que lotam hoje as galerias da Assembleia Legislativa, mostrando a sua força e determinação, boa tarde. Quero cumprimentar também os agentes penitenciários, que estão também na expectativa de votação da PEC nº 4.170/2013, do deputado Sargento Rodrigues. É o Projeto de Lei nº 4.170. (- Lê:)

“Art. 1º - Os servidores públicos do Estado que não tenham sido admitidos até 5 de novembro de 2007, na forma prevista no art. 37 da Constituição Federal, estáveis ou não por efeito do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, são considerados efetivos, inclusive para fins previdenciários, e passarão a integrar quadro temporário em extinção à medida que vagarem os cargos, funções ou empregos públicos respectivos, proibida nova inclusão ou admissão a qualquer título, assim como o acesso a quadro diverso ou a outros cargos, funções ou empregos.

Art. 2º - Esta emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.”

É a PEC nº 69 que estamos discutindo aqui hoje.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, estamos vivendo um momento de muita reflexão. Lembro-me de que às vésperas das eleições, há praticamente quatro anos, vimos em todas as cidades do Estado de Minas Gerais o jornalzinho do Sind-UTE com o rosto de cada parlamentar da base dizendo que era contra os profissionais da educação. Hoje, ao contrário, não vimos ninguém do Sind-UTE aqui lutar pela aprovação da PEC nº 69.

Não vimos em lugar nenhum do Estado de Minas Gerais foto dos deputados do PT contrários à PEC nº 69. Vimos aqui hoje e estamos prontos para votar em 1º turno a PEC nº 69, que dará dignidade aos professores.

Quero também parabenizar o relator da PEC nº 69, nosso deputado Sebastião Costa. Em seu parecer, esse deputado destaca que o objetivo da PEC em tela é defender a dignidade dos servidores prejudicados pela decisão do STF. Segundo o relator, a proposição garante os direitos trabalhistas e previdenciários da categoria. O Substitutivo nº 1 faz adequações para acrescentar o art. 139 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Naquela época, sei muito bem, deputados Wander e Bosco, que o deputado Bosco foi perseguido pelo Sind-UTE, que queria bater nele. Lembro-me de que queriam bater em V. Exa. Diziam que V. Exa. era contrário e que não defendia os professores. Cadê os deputados do PT que defendem o partido aqui hoje?

Cadê aqueles deputados que colocaram a foto dos deputados que estão querendo voltar com os servidores da educação, com as cantineiras? Com a PEC nº 69, eles irão voltar, irão trabalhar. É importante que a Assembleia Legislativa vote a PEC nº 69 e cobre dos deputados federais a aprovação da PEC do deputado Rodrigo de Castro, que tramita na Câmara Federal. Hoje estão aqui os deputados que querem resolver o problema dos professores. Queremos, sim, agora, já, votar essa PEC. Cadê a bancada do PMDB? Cadê a bancada do PT? Onde eles estão? Devem estar em seus gabinetes ouvindo a manifestação das senhoras e dos senhores neste Plenário. Estamos aqui convocando os deputados para que desçam ao Plenário para votarem a PEC nº 69, que dará dignidade aos trabalhadores da educação.

Tenho muito o que falar sobre a PEC nº 69, mas há vários deputados que solicitaram aparte e querem dar sua contribuição. Primeiramente concedo a palavra ao deputado Sargento Rodrigues, depois ao deputado Wander Borges.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Quero agradecer ao ilustre deputado Célio Moreira, cumprimentar os designados da educação, que aqui se encontram, e nossos agentes penitenciários e socioeducativos. Deputado Célio, primeiro quero parabenizá-lo pela sinceridade e fidelidade da fala de V. Exa. Em toda a sua fala V. Exa. fez essa exposição de motivos que nos levaram a apoiar a PEC nº 69.

Entretanto, quero pedir também, deputado Célio, a absoluta atenção das pessoas presentes em nossas galerias para escutarem um pequeno trecho da Constituição da República que muito, mas muito, se encaixa neste momento. O trecho trata do prefácio da Constituinte de 1988: “O homem é o problema da sociedade brasileira: sem salário, analfabeto, sem saúde, sem casa, portanto sem cidadania. A Constituição luta contra os bolsões de miséria que envergonham o País. Diferentemente das sete Constituições anteriores, começa com o homem. Gráficamente testemunha a primazia do homem, que foi escrita para o homem, que o homem é o seu fim, a sua esperança. É a Constituição Cidadã”.

A PEC nº 69 é o resgate da dignidade do ser humano, do trabalhador designado da educação. É isso que a Proposta de Emenda à Constituição nº 69 vem dar a essas pessoas. Deputado Célio Moreira, o que votaremos nesta Casa é o resgate, o resgate da dignidade dos trabalhadores da educação, e é isso que faremos.

Quero externar minha alegria por estar aqui neste momento, nesta data tão especial para o Poder Legislativo de Minas Gerais, quando votaremos e diremos “sim” à PEC nº 69. Parabéns os bravos deputados que assinaram a PEC e os parlamentares que estão aqui hoje honrando seus mandatos, que estão aqui para aprovarmos a PEC nº 69. Estamos juntos com V. Exa., deputado Célio Moreira.

O deputado Célio Moreira* - Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Em nenhum momento, discuti com os professores. Há quatro anos, quando eu chegava a uma cidade e alguém me mostrava um cartaz dizendo que minha foto estava ali, que eu era contra os professores, que eu era contra os profissionais da educação, eu dizia: mentira. Naquela época, apresentei quatro emendas. Deputados demagogos quiseram aparecer para amearhar a simpatia dos professores, colocando em mesa 50% de aumento, sendo que a proposição do governo não atenderia à vontade dos profissionais da educação. Queriam quadruplicar, com o objetivo de aparecer para os professores.

Para nossa luz brilhar, não precisamos de apagar a luz de ninguém. Não vamos colocar fotos de deputados que estão contra os professores. Onde estão os deputados do PT? Estão com Pimentel fazendo propaganda política. Estão rodando por aí com Pimentel. Onde eles estão? Aqui é que se vota.

O deputado Wander Borges (em aparte)* - Quero agradecer, penhoradamente, ao deputado Célio Moreira. Serei breve. Parabenizo o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro, que num ato ousado e responsável, sobretudo de compromisso com a classe da educação, não só com os professores mas também com os serventes, cantineiros, etc., colocou para tramitar nesta Casa a PEC nº 69. Parabéns, presidente Dinis Pinheiro.

Sabemos que o País, deputado João Leite, precisa colocar um ponto final naquilo que não foi construído por este governo, mas vem de vários governos, não só em Minas Gerais mas também no Brasil. Esse é um mal que precisa ser resolvido, porque a questão é muito mais séria do que se imagina. O pessoal das galerias sabe que o que está em jogo são as suas aposentadorias, com seus benefícios. Nós, enquanto deputados, não podemos deixar que a frieza da lei suplante a determinação da justiça social.

E mais: o Brasil precisa, deputado Luiz Humberto Carneiro, fazer uma grande pergunta: o que o País quer para sua educação? Não adianta ficar jogando culpa no governo A, no governo B. Vejam o Rio Grande do Sul, que é dirigido pelo Partido dos Trabalhadores. O governador disse que não tem dinheiro para pagar o piso. No entanto, exigem de outros estados esse pagamento. Volto a repetir que o Brasil precisa repensar a atual forma de arrecadação, segundo a qual todo recurso produzido pelo suor do povo brasileiro vai para o caixa de Brasília, no Planalto Central.

Não há Estado, não há município que suporte essas condições, essas mazelas que estão aí, dentro de um projeto de poder, em vez de ser um projeto institucional, republicano, do homem para o homem. Estamos dizimando a sociedade brasileira. Haveremos de pagar um preço muito alto por tudo o que estamos construindo aqui, na busca do poder pelo poder.

Este deputado que vos fala agradece. Alguém precisa explicar que há vários vetos na faixa constitucional que nos impedem de fazer a votação, mas quero reafirmar aqui meu compromisso, até o último dia de meu mandato, de estar pronto em qualquer momento para votar favoravelmente à PEC nº 69. Muito obrigado, deputado Célio.

O deputado Célio Moreira* - Muito obrigado. Deputado, V. Exa. frisou muito bem: estamos pelejando aqui, há meses, para votar os vetos e a PEC nº 69, mas o PT e o PMDB não querem votá-los e não nos deixam votá-los. Aqueles que dizem que defendem os profissionais da educação não querem nos deixar avançar.

Onde estão os deputados do PMDB? Estou vendo aqui um deputado do PT, Rogério Correia, que diz que defende os professores. Vamos contar com o voto de V. Exa. na aprovação da PEC nº 69. Não estão aqui os deputados do PT nem os deputados do PMDB, por quê? Será que foi o Pimentel que pediu para eles não virem à Assembleia Legislativa, porque iriam votar a PEC nº 69? Precisamos dos deputados que estão com os monitores ligados agora nos seus gabinetes. Precisamos de que eles desçam aqui para que possamos votar os vetos e a PEC nº 69.

Para concluir, quero dizer aos profissionais da educação que estaremos aqui, em vigília, prontos para votar a PEC nº 69. Vocês podem ter certeza de que os deputados que estão com a classe da educação estarão aqui, no Plenário. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Leonardo Moreira* - Boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas e pessoal da galeria.

Se eu pudesse, Sr. Presidente, fazer-lhe um pedido, seria para que V. Exa. colocasse em votação, o mais rápido possível, a PEC nº 69 para ser aprovada nesta Casa. Quero cumprimentá-lo, presidente Dinis Pinheiro, por conduzir esta Casa com probidade e maestria e pelo esforço hercúleo de estar aqui no dia de hoje presidindo esta reunião. Gostaria de cumprimentar também cada um dos senhores deputados e cada uma das senhoras deputadas que se fazem presentes aqui para aprovarmos esta PEC nº 69, PEC do povo mineiro, PEC da Assembleia Legislativa, PEC que vai resgatar o direito do nosso servidor. Eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, observo aqui e fico sem saber, nobre amigo deputado João Leite, o porquê de tanta covardia. Há na pauta, para serem votados, nove vetos que precisam da presença de 39 deputados em Plenário.

Precisamos aprovar essa PEC com o voto de 48 deputados. Por que essa covardia com o nosso servidor? Por que não estão presentes na data de hoje, salvo por motivo de força maior? Deputado Bosco, existe algo muitas vezes premeditado no que diz respeito à maldade. E maldade a troco de que, deputados Duarte Bechir e Arlen Santiago? Por que não indicar os deputados para comporem a PEC nº 69? Por que estar aqui hoje na Assembleia Legislativa e não se fazer presente neste Plenário? Isso nos causa indignação, deputado Braulio Braz. Se a oposição não tivesse ido à Justiça com um caráter meramente político e partidário, não estaríamos aqui discutindo essa proposta na data de hoje.

Sr. Presidente, faça um pedido a V. Exa.: que todos nós, deputados e deputadas, permaneçamos aqui. Não devemos arredar pé enquanto não dissermos “sim” à aprovação da PEC nº 69, que resgata o direito do povo mineiro. Temos de fazer justiça a milhares de servidores.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Muito obrigado, deputado. Gostaria de fazer alguns esclarecimentos. O primeiro é para os servidores efetivados que vão para as escolas mais longínquas e ficam em lugares onde mais ninguém quer ficar. Parabéns pela educação que vocês estão dando nos lugares mais difíceis. O outro agradecimento é dirigido ao meu caro presidente Dinis Pinheiro, por sua coragem cívica de colocar essa PEC em votação hoje. Muito obrigado, deputado Dinis Pinheiro. Também agradeço ao nosso senador Aécio Neves, que em determinado momento teve a coragem de colocar o projeto de lei complementar para ser votado aqui. Acontece que muitas vezes, no Judiciário, metade vota de um jeito, metade vota do outro. Vemos como a nossa sociedade é dividida.



Mas estamos aqui para cumprir um dever com o pessoal que está lá na escola do Tanque, em Porteirinha, na escola de Monte Rei, em Juvenília, a 800km daqui, além de outras. Estamos aqui para votar, e tenho a convicção de que aprovaremos a PEC nº 69, custe o que custar.

Caro amigo Leonardo Moreira, precisamos votar os vetos primeiramente, mas há várias maneiras de não fazer isso. Uma delas é algum deputado aparecer querendo discutir essa matéria, que está sendo discutida há três, quatro meses, só para atrapalhar a votação da PEC. Prestem atenção nesse povo, vejam quem são essas pessoas que querem discutir os vetos. Aqui se ganha é com democracia, se ganha é com voto. Então, vamos votar os vetos sem discuti-los, vamos pedir aos deputados que gostam da educação, dos professores e serviços, que não discutam os vetos, e esperar que o presidente os coloque em votação. É isso o que temos de ver. Se aparecer alguém querendo discutir veto, esse estará contra a educação, contra o pessoal que saiu de sua casa hoje para reivindicar seu direito.

Termino, deputado Leonardo Moreira, falando para a minha amiga Neide, professora do Distrito de São Joaquim, em Coração de Jesus, que conseguiremos votar essa proposta. Se isso não ocorrer, ela será demitida, completando-se sua aposentadoria no dia 29 de abril. Isso é covardia, é crime. Queremos ver quem estará contra os efetivados.

O deputado Leonardo Moreira* - Gostaria também de fazer coro com as palavras do deputado Arlen Santiago.

Sr. Presidente, faço um apelo: se o Regimento permitir, peço que os deputados que já se inscreveram para discutir os vetos, e ai demoraríamos horas e horas para apreciar essa matéria tão importante, não façam essa covardia com nossos servidores aqui presentes na tarde de hoje. Vamos abrir mão de discuti-los. Vamos fazer justiça a todos que estão aqui.

Também quero fazer uma ressalva aos deputados que não a assinaram em razão de impedimento regimental, principalmente o deputado Gustavo Corrêa, que também esteve presente na confecção dessa PEC. Deputadas e deputados, vamos fazer esse esforço. Sr. Presidente, se preciso for, ficaremos aqui sábado, domingo, convocaremos todos de manhã, de tarde, de noite, até aprovarmos a PEC nº 69.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Deputado Leonardo Moreira, senhoras e senhores, educadores que conseguiram colocar Minas no quadro da melhor educação do Brasil, lutadoras, quero aqui lembrar o passado, quando foi colocada para votação a PEC nº 100 nesta Casa. Digo isso com muita tranquilidade, nestes 26 anos de vida pública que tenho, depois de vários projetos importantes, como a criação da TV Assembleia, que marcou agora a maior audiência em Minas Gerais, porque os trabalhos desta Casa estão sendo acompanhados por mais de 400 municípios de Minas Gerais.

Quero lembrar que, quando votamos a PEC nº 100, sabíamos do risco que estávamos correndo. O sindicato sabia do risco, o governador sabia do risco, os professores sabiam do risco, o PT sabia do risco e votou favorável, o PMDB sabia do risco e votou favorável. Naquela época, nós fizemos e resolvemos uma situação, a mesma que resolveu a vida do Estado de São Paulo, que até hoje está em vigor. Vejo que a política precisa mudar muito.

Vamos lembrar que tudo isso que estamos passando, todas as noites de insônia que as senhoras estão passando e que os senhores passaram, foi por causa de politicagem, de mesquinhez, de poder, porque sabemos perfeitamente que isso foi indagado na Justiça. Todos nós, os 77 deputados do PT, do PMDB, do PDT, sabemos que foi usada uma manobra política para descartar a campanha do ex-governador, hoje candidato à presidência da República, Aécio Neves, para dizer que ele fez errado. Mas ninguém lembrou que ele fez isso para beneficiar 120 mil servidores daquela época. Essa é a realidade, não precisamos falar mentira.

Deixei minha campanha eleitoral em Coronel Murta - sou candidato à reeleição - para votar a PEC nº 69. Hoje voto a PEC nº 69; amanhã, se precisar, voto a PEC nº 150. Também, se amanhã precisar de mais um tempo, mais dois ou três anos, e aposentar mais 40 mil, 50 mil, eu voto a PEC nº 20, a 40, a 60, a 120. É esse o compromisso que eu e esta Casa devemos ter para resolver a vida de vocês, porque os senhores e as senhoras sabem da necessidade por que passam. Aqui, neste Plenário, quem entrou e quem pediu para fazer, os juízes que julgaram, ninguém sabe da dificuldade que cada um de vocês passa na hora de fazer um supermercado, na hora de colocar comida dentro de casa.

Vimos deputado fazer gracinha e dizer que não poderia, que o governador fez errado. Sim, fez errado, mas garantiu um prato de comida para 120 mil servidores até hoje. É isso que temos de levar em conta. Estamos aqui é para servir à população. Quem paga o meu salário são os senhores e as senhoras. Hoje todo brasileiro tem de entender que quem paga o salário da presidenta da República, do governador, do presidente da Assembleia são os senhores, que, portanto, têm o direito de exigir bom tratamento e boa atenção desses servidores.

Nem vou fazer política. O deputado Célio Moreira me perguntava onde estavam os deputados do PMDB, que bateram palma com todo o carinho, que acharam muito bacana e diziam que iriam desgastar a campanha do governador, do Pimenta de Veiga, do governador, do presidente da República, mas desgastaram, na verdade, foram as senhoras e os senhores porque deixaram de dormir, preocupados que estavam com as contas ao final do mês. Esses deputados não estão aqui, todos sabem, porque estão fazendo campanha para o candidato Pimentel, estão pedindo voto no interior. Tinham de fazer o papel deles, pois o deputado é eleito para legislar e fiscalizar.

No decorrer dos trabalhos, ouvi a opinião de cada um que estava aqui. Senti falta também da Bia. Ela colocou o meu retrato, Sr. Presidente, em ordem alfabética, em Itabirito. Colocou a foto de todo o mundo em Itabirito. O meu está em primeiro. Ela me disse que eu estava na frente do João Vítor Xavier. Eu disse que era lógico, pois o meu nome começa com "a" e o do João Vítor com "j". Estamos todos lá. Está faltando a presença da Bia aqui para pressionar este Plenário para votar a PEC nº 69. Alô, Bia, que está me assistindo agora ou no gabinete do Rogério Correia ou dentro do Sind-UTE. Um abraço para você. Conto com seu apoio para pressionarmos esta Casa e votarmos a PEC nº 69. Hoje é PEC nº 69. Se durar mais 7, 8, 10 anos e fizerem a mesma graça pedindo à Justiça para acabar com a PEC nº 69 e aposentarem mais 60 mil servidores, eu fico satisfeito. Aí, então, estarei aqui para aprovar mais 5, 10, 50 PECs, porque o que eu quero é servir à população mineira e aos professores que ganham pouco e fazem muito por este país. Obrigado.



O deputado Leonardo Moreira* - Sr. Presidente, há aqui vários deputados com vontade de se expressarem, entre os quais destaco os deputados Deiró Marra, Gustavo Valadares, Bosco, Duarte Bechir, enfim, muitos que têm a sua alma, o seu comprometimento com os servidores que estão aqui no nosso Plenário.

O tempo está pouco para nos expressarmos, mas queria, ao encerrar minhas palavras, dizer que vou sair daqui e percorrer gabinete por gabinete para exigir a presença dos deputados em Plenário para que possamos votar a PEC nº 69. Vamos dizer “sim” aos nossos servidores, sim à PEC nº 69. Parabéns a vocês, e vamos à luta.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, na listagem havia muitos deputados na minha frente nessa sequência. Fiz até aparte ao deputado que me antecedeu porque achei que os deputados não iriam deixar de estar aqui para falar neste dia de hoje.

Sr. Presidente, enquanto o deputado Leonardo Moreira vai dar uma volta pelos gabinetes, quero registrar a presença entre nós do autor de uma PEC no nível federal, o deputado Rodrigo de Castro. Seja bem-vindo a esta Casa, deputado Rodrigo de Castro. Espero que Brasília também faça o que estamos fazendo em nossas Minas Gerais. Hoje não iria tocar nesse assunto em meu pronunciamento, mas as chuvas estão chegando em Belo Horizonte. Faço um apelo ao prefeito para que inicie urgentemente a limpeza dos bueiros. Alguém pode perguntar: “Mas agora?”. Sim, tem de limpar agora, porque as chuvas estão aí. Se essa limpeza não for feita com urgência, daqui a pouco as enchentes começam em Belo Horizonte.

Também vou abordar outros assuntos, como o mineroduto. A água está indo embora. Hoje há cinco minerodutos levando o minério e a nossa água para fora. Sr. Presidente, estamos apresentando nesta Casa um projeto que exige das mineradoras essa água de volta. Também estamos apresentando outros projetos.

O deputado Deiró Marra (em aparte)* - Obrigado, deputado Alencar. Presidente, vou fazer aparte em função do tempo. Tenho certeza de que vai ser uma experiência única, deputado Dinis Pinheiro, ver comparecerem as pessoas. Tive oportunidade de em oito anos, deputado Alencar da Silveira Jr., ser aplaudido pela iniciativa de fazermos uma PEC que vem ao encontro da necessidade dos nossos servidores da educação. Quero firmar meu compromisso. Tenho certeza de que essa discussão judiciária, deputado Alencar da Silveira Jr., passa realmente por muito mais. Às vezes nos perguntamos por que no Paraná e em São Paulo, onde foram tomadas medidas semelhantes à de Minas, isso permanece. É importante que vocês, da educação, tenham esse entendimento para não voltarem para casa imaginando que com a aprovação dessa PEC teremos toda a solução. É importante demonstrar aqui, deputado Alencar da Silveira Jr., que estamos firmes no propósito de resolvermos isso. Eu estava aqui quando fizemos a PEC nº 100, que não foi aprovada no Supremo. É importante dizer que o governo foi até o último recurso possível. Depois disso, estamos aqui novamente para, mais uma vez, mostrarmos aos servidores da educação que temos consciência e, acima de tudo, ciência da necessidade, do tormento que estão passando. Portanto quero deixar claro nosso compromisso de aprovarmos a PEC nº 69. Muito obrigado a todos.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* - Sr. Presidente, antes de passar a palavra, quero dizer - teve até notinha no jornal - que, chegando hoje de viagem a Belo Horizonte, pois estava no interior visitando as bases, vi lambe-lambes espalhados por toda cidade dizendo: “Minas agora é do PT. Pimentel é PT”, em alto e bom som. O PT do Sr. Fernando Pimentel. Pimentel pode ser do PT, mas Minas é dos mineiros. Esse é o recado que quero dar, pois estava engasgado desde ontem. Mas hoje está nos jornais que Minas Gerais não é do PT, Minas Gerais é dos mineiros.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Obrigado, deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado iniciou sua fala trazendo aos mineiros, especialmente aos que estão nas galerias da Assembleia e aos que nos acompanham de casa, uma verdade que deve ser repetida mil vezes, se necessário. Vejam bem: somos 77 parlamentares nesta Casa. Convocado para estar aqui hoje, abri mão da campanha que faço no Sul, onde resido, para vir defender os interesses dos atingidos pela Lei nº 100. No caso de Minas, há uma situação que precisa ser discutida em detalhes: o Supremo somente cortou os efetivados de Minas Gerais. Só os de Minas Gerais! Mas agora a Assembleia de Minas toma uma decisão histórica, pelos cinco parlamentares que escreveram o nome como autores dessa matéria, entre os quais me encontro. Aproveito para deixar um recado importante para os demais parlamentares desta Casa: se somos 77, onde estão os outros? Onde estão os demais? Não vieram. Estão se acovardando; preferem fazer campanhas difamatórias contra alguns membros da Casa a comparecer, como fazemos agora, para tecer a verdade e votar com o servidor, quando são chamados para isso.

Não podemos abandonar os servidores atingidos pela Lei nº 100, pois assim estaríamos abandonando-os à sorte e virando as costas àqueles a quem esta Casa um dia deu condições. A Lei nº 100 foi criada para proteger aqueles que tinham direitos que foram tirados pela Justiça. Mas o deputado Rodrigo de Castro, autor da proposta de emenda à Constituição Federal, se faz presente, e, enquanto a PEC não é aprovada naquela Casa, nós, da Assembleia de Minas, faremos uma alteração e escreveremos, na Constituição do Estado, uma nova linha, uma nova lei para que vocês tenham a guarida da lei. Contem com a responsabilidade dos deputados. Estamos aqui para dizer a vocês que apoiamos a Lei nº 100, porque temos, no coração e na mente, a responsabilidade de legislar por vocês.

Para finalizar, deputado Alencar da Silveira Jr., quero retificar a sua fala: a Beatriz, do Sin-UTE, não está no gabinete do deputado, como você falou, mas no comitê do candidato a governador, fazendo campanha para o seu partido, em vez de defender os que estão aqui hoje. Essa é a grande verdade. Muito obrigado.

O deputado Gustavo Valadares (em aparte)* - Em primeiro lugar, quero agradecer ao grande número de servidores que se deslocaram dos quatro cantos do Estado para estar conosco não só nas galerias, mas também nos arredores da Casa e mesmo nos nossos gabinetes, acompanhando-nos por telões.

Quero tranquilizar V. Exa. e os demais deputados, pois tenho comigo uma lista dos parlamentares do PT e do PMDB que, em 2007, votaram conosco a PLC nº 27, que depois se transformou na Lei nº 100. Gostaria de mencionar os seus nomes: Adalclever Lopes, Durval Ângelo, André Quintão, Gilberto Abramo, Ivair Nogueira, Vanderlei Miranda e Paulo Guedes. Esses continuam como deputados estaduais, e tenho certeza de que não serão incoerentes; não vão votar contrariamente ao que defenderam em 2007. Não acredito que tenham mudado de opinião.

No mais, quero parabenizar os demais deputados e esta Casa, que faz justiça quando a Justiça não pratica a justiça. Infelizmente o que fez o Supremo Tribunal Federal, pela maioria dos seus ministros, foi política.

E nós, da Assembleia de Minas, estamos hoje dando um passo importante para recolocarmos os servidores no lugar de onde não deveriam ter saído, fazendo justiça. A Assembleia, composta por homens públicos que praticam a política, faz hoje justiça. E, quanto à Justiça, o Supremo, ao invés de praticá-la, fez política, sofrendo pressão do governo federal, que não queria que essa lei continuasse em vigor.

Quero parabenizar V. Exa. e os demais deputados. E quero pedir aos nobres servidores, colegas que estão aqui nos visitando hoje, que votaram conosco em 2007, que têm de votar novamente conosco, que procurem esses deputados que citei aqui - tenho certeza de que não serão incoerentes. Muito obrigado a V. Exa.

O deputado Bosco (em aparte)* - Agradeço ao amigo deputado Alencar da Silveira Jr. Quero também cumprimentar todos os profissionais da educação que se fazem presentes na Assembleia na tarde de hoje. E cumprimento todos os funcionários da educação por meio dos profissionais da educação de Campos Altos aqui presentes.

Quero dizer, deputado Alencar da Silveira Jr., que, se temos hoje a melhor educação do País em Minas Gerais, devemos a esses profissionais da educação, profissionais abnegados que fazem da educação verdadeira missão de ensinar, de formar verdadeiros cidadãos. E faço isso sem distinção, sejam eles aprovados em concursos públicos, sejam eles profissionais da educação efetivados pela Lei 100. Todos eles são importantes, todos eles têm sua importância. E não podemos, caro deputado Alencar da Silveira Jr., caros deputados e deputadas, permitir, ser omissos diante de um julgamento que foi realizado pelo STF através de uma análise da letra fria da lei e deixar que mais de 90 mil profissionais da educação fiquem nas ruas desempregados, colocando em risco a sobrevivência de seus familiares. Não podemos nos curvar mediante essa situação de desconforto. E é visando rediscutir esse assunto, rediscutir os direitos dos nossos profissionais da Lei 100 que propusemos a emenda, a PEC nº 69. E, como signatário também dessa PEC, eu acredito, como o relator que deu parecer favorável, o deputado Sebastião Costa. Esse é um assunto que merece, que carece ser rediscutido.

Portanto, eu quero conclamar a todos os deputados e deputadas desta Casa a fazermos justiça, neste momento, ao apreciarmos a PEC nº 69; a fazer um resgate da cidadania aprovando a PEC nº 69. Queremos ver aqui, neste Plenário, realmente, o comprometimento de todos os deputados na apreciação dessa PEC. Se queremos realmente fazer justiça, se queremos reconhecer os nossos profissionais da educação, a hora é agora, o momento é este: vamos todos aprovar a PEC nº 69.

O deputado Gustavo Correa (em aparte) - Por mais que eu tenha o sobrenome do deputado Rogério Correia, por quem tenho o maior respeito e admiração, nós temos várias divergências, sobretudo do ponto de vista político. Mas eu não poderia deixar de utilizar os microfones da Assembleia e cumprimentar todos os servidores da educação que, como bem disse o deputado Gustavo Valadares, deslocaram-se dos mais distantes rincões da nossa Minas Gerais para estar aqui hoje, exatamente acompanhando esse início de processo de votação da referida PEC. Quero cumprimentar todos os servidores da educação, deputado Alencar da Silveira Jr., que não puderam estar aqui, mas que, tenho certeza, acompanham todo esse processo pela TV Assembleia, TV que V. Exa. criou há alguns anos.

O deputado Alencar da Silveira Jr.* - Há 18 anos, deputado.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Mas o que eu quero é apenas tranquilizar todos os...

O deputado Alencar da Silveira Jr.* - O PT está até se acabando. Deputado Rogério Correia, se isso tivesse acontecido quando V. Exa. estivesse aqui em cima, o que estaria falando agora? "O governo mandou apagar a luz para não me ouvir." Está vendo que não tem isso. Quando estamos aqui, a luz também acaba.

O deputado Gustavo Corrêa (em aparte) - Deputado Alencar da Silveira Jr., eu pegaria a sua deixa para fazer um comentário, mas posso ter problemas jurídicos futuros, então me atenho a dizer que tenho certeza de que esse é um problema que ocorre em todos os locais. Mas quero exatamente tranquilizar todos os servidores que aqui se encontram e os que nos acompanham pela TV Assembleia, dizer que temos certeza de que todos os parlamentares que têm responsabilidade e que querem exatamente trabalhar em prol dos servidores da educação, sobretudo aqueles que, há alguns meses, faziam algumas críticas a este governo, num gesto de grandeza, apoiarão a aprovação dessa PEC. Espero que ela seja aprovada o mais rápido possível. Peço a cada um dos servidores da educação que cobrem isso dos seus representantes nas suas cidades, e que possamos, deputado Alencar da Silveira Jr., votar logo essa PEC. Quero aqui justificar a minha assinatura. Por problemas regimentais, eu não poderia assinar, mas contem com o meu apoio, o meu trabalho e a minha luta. Deputado Dinis Pinheiro, espero que V. Exa. tenha o privilégio de sancionar a referida PEC, para exatamente coroar todo o seu trabalho e a sua gestão à frente da Assembleia Legislativa nos últimos anos.

Então, servidores da educação, contem com este parlamentar. Mas espero também que os outros parlamentares estejam juntos com vocês nessa luta, que é justa e, mais que isso, merecedora. Um grande abraço a todos.

O deputado Alencar da Silveira Jr. - Quero aqui reafirmar o meu compromisso, o compromisso do PDT, com a PEC nº 69, com o Projeto de Lei nº 4.170, hoje, amanhã e quando houver necessidade. Podem contar comigo, podem contar com o meu mandato. Usem o meu mandato. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Deiró Marra* - Tenho 2 minutos para falar, presidente? Não dará para falar muito, mas já tivemos a oportunidade de fazê-lo. Quero externar a satisfação de podermos estar aqui para resolver um problema. Quero mudar o foco dos parlamentares colegas que me antecederam. Acho que devemos, sim, unir esforços de todos os parlamentares, seja de qual partido for, porque a PEC nº 69 vem corrigir a Lei nº 100, que não foram os deputados do PMDB, do PSDB, do PR, do PT que derrubaram, mas os ministros do Supremo Tribunal Federal. O que estamos propondo aqui hoje, que é importante que vocês da educação saibam, é corrigi-la, por meio de uma medida e de uma lei que possa ter verdadeiramente eficácia e eficiência. Fundamentado nisso, quero aqui fazer um apelo a todos os deputados, seja de que partido for, para nos acompanhar na aprovação da PEC nº 69. Isso é que é importante. Hoje o que está em pauta é realmente a garantia de que todos nós, servidores da educação, possamos ter esse sentido. Assim como tivemos apoio com



a PEC nº 27, que virou a Lei nº 100, tenho certeza de que todos nos acompanharão para que possamos, juntos, dar força e verdadeiramente fazer valer essa questão da PEC nº 69. Falo isso em nome dos professores, de milhares de professores que nos enviaram, durante esta semana, *e-mails*, correspondências, ofícios, pedindo essa presença. Estamos aqui para mostrar. Como muitos deputados, deixamos campanhas para a reeleição a fim de estar aqui. É para isso que precisamos de vocês, para que nos valorizem e acreditem nos seus representantes. Muito obrigado. Uma boa tarde a todos.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, senhores e senhoras da imprensa, companheiros e companheiras da galeria, é preciso, em primeiro lugar, explicar o que está acontecendo. Há no Plenário 37 deputados, e há na pauta ainda oito vetos a serem discutidos. Informo isso para que todos possam entender. O veto sobrestá a pauta. Em outras palavras, sem limpar a pauta e votar os oito vetos, não se pode votar nenhum outro projeto, nem a PEC nº 4.170, nem a PEC nº 69, nem qualquer outro projeto. Para votarmos as PECs, teríamos de contar aqui com a presença de 48 deputados. O deputado Leonardo Moreira pode - se é que dá tempo - ir aos gabinetes e tentar trazer... Não concedi aparte. O deputado pode ir aos gabinetes buscar os deputados. Pode ir lá, deputado Leonardo Moreira. Leve com você quem quiser para buscar os deputados. Infelizmente só há aqui 37 deputados. Essa é a primeira observação que queria fazer para que vocês compreendam o que vai aqui acontecer e o que já está aqui acontecendo. Estão aqui 37 deputados. Vários deputados do PT e do PMDB estão presentes. Mesmo com eles, só há 37 deputados. A base do governo, que votou contra os professores na hora de definir o piso salarial, que acabou com o piso das professoras, que estabeleceu o maldito subsídio, quando quis fazer isso colocou todos os deputados aqui para votarem, e assim o fizeram. Sabe quantos são? São 56 deputados.

A base do governo possui 56 deputados. Eles poderiam compor o quórum. Sugiro ao deputado Leonardo Moreira que busque os deputados da base do governo, aqueles que votaram contra as professoras e o piso. São os mesmos que votaram para que o governo do Estado roubasse o dinheiro do fundo dos servidores públicos e das professoras. Lembram-se deles? Foram eles que votaram para que roubassem o dinheiro do Funpemp. E o governo roubou o dinheiro do Funpemp. Tirou de lá bilhões, dinheiro que era de vocês. Os deputados votaram a favor desse roubo do governo. Cadê eles que não estão aqui? Armaram uma marmelada, um circo. Foi isso que fizeram aqui. Cadê eles? Cadê os deputados que votaram contra as professoras durante 12 anos? Cadê os deputados que votaram na greve e prometeram que dariam tudo às professoras? E esse Rodrigo de Castro, esse demagogo que estava por aqui? O pai dele, o Danilo de Castro, foi aquele que fez o risco n'água. Vocês se lembram dele? Ele traiu as professoras, falou que não acabaria com o piso das professoras, que daria garantia a elas.

A greve acabou, e ele traiu as professoras. Lembram-se disso? Esse é o filho do Danilo de Castro. É um demagogo que está aí. Não dou aparte, não. V. Exa., deputado Duarte Bechir, agora me escute. Faça esse favor. Já falou muito. As coisas aqui precisam ser ditas.

É um demagogo que está falando aí. Lave a boca para falar da Bia. Lave essa boca para falar da Beatriz. Lave essa sua boca suja para falar da Beatriz Siqueira. Quando você lavar essa sua boca suja, fale da Bia. Não fale o nome da Bia. Demagogo, demagogo, demagogo, não fale o nome da Bia com essa boca suja. Traidor das professoras! Traidor das professoras! Traidor das professoras!

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - A presidência solicita compreensão, equilíbrio e serenidade. Existem, neste momento, matérias importantíssimas para serem apreciadas, para serem votadas, sobretudo a matéria referente aos nossos queridos servidores. Neste momento, peço ao deputado Rogério Correia e ao deputado Duarte compreensão e equilíbrio, para que os trabalhos possam ter uma boa sequência.

Com a palavra, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia* - Presidente, vou solicitar a V. Exa., em primeiro lugar, que reponha o meu tempo, porque fui interrompido. Em segundo lugar, gostaria de dizer que não vou conceder aparte aos deputados que traíram a educação. Não vou. É um direito meu. Eles votaram contra os professores e deviam lavar a boca para falar de uma liderança como a Bia, a quem respeitamos muito. Deputado, para quem ousou falar mal da Beatriz na ausência dela não vou conceder aparte, porque são pessoas demagogas, que votaram sempre contra os professores.

Queria separar as coisas e mostrar para vocês que, infelizmente, muitos foram levados ao engano. A gente sabia, o presidente sabia que havia aqui oito vetos para serem discutidos e que não havia consenso para a votação desses vetos. Faltando poucos dias para as eleições, seria, como será, impossível haver 48 votos a favor de qualquer PEC aqui, no Plenário. Tentaram fazer daqui um plenário eleitoral, e os discursos foram feitos nesse sentido.

O TRE deve estar assistindo ao que acontece aqui e deve ter visto que, infelizmente, uma reunião plenária, que deveria estar discutindo um tema sério, transformou-se num debate político em que um partido procurou atacar o outro. Foi isso o que fizeram os deputados aqui. Eles utilizaram o microfone para fazer ataques a um determinado candidato. Se estivéssemos num período normal, não haveria problemas, mas, presidente, num período eleitoral, não se pode ocupar a tribuna para se fazer um debate, porque o TRE não permite isso.

Desculpe-me a crítica, mas preciso fazê-la. V. Exa. não deveria ter pautado, sabendo que existiam oito vetos e que não haveria quórum para a votação, uma ou duas emendas constitucionais. Considero que V. Exa. fez isso muito mais por ser candidato a vice-governador numa chapa que por ser presidente da Assembleia. Permita-me fazer essa crítica. Faça-a de forma sincera, faça-a de coração. Realmente, fiquei magoado. Acho que utilizar a cadeira de presidente da Assembleia e agir como candidato a vice-governador não é correto com o conjunto dos deputados. Pode ter sido correto com o partido de V. Exa., mas com a Assembleia Legislativa, como um todo, não foi.

Peço a vocês agora que escutem quais são os argumentos, o que está acontecendo e como podemos resolver esse problema.

Permitam-me falar primeiramente da PEC nº 4.170, relativa aos agentes penitenciários. A proposta diz que os servidores que estão na ativa e foram treinados para o cargo de agente penitenciário permanecerão no mesmo até que sejam substituídos por meio de concurso público. A parte dos servidores que é concursada assumirá, e sobrarão vagas. Enquanto não houver concurso, eles poderão permanecer no cargo. Esse é o teor da PEC do deputado Sargento Rodrigues.



Quero dizer que sou favorável a essa proposta, porque está dentro das possibilidades, ou seja, até que haja concurso público, vocês podem ficar. Isso obriga o governo a fazer concurso, até para que vocês possam entrar. Na verdade, não é uma PEC, e sim um projeto de lei - o Carlão está me corrigindo. Certamente, ele não será votado hoje porque não há quórum para votar veto. Mas, na semana que vem, passado o clima das eleições, podem nos procurar, porque a nossa posição é favorável. Estaremos com vocês para resolver o problema. Disponho-me também a conversar com o governador, seja ele quem for, a partir da semana que vem, para discutirmos essa transição e permitir que vocês continuem empregados até que haja concurso público. Assumo esse compromisso com os agentes penitenciários. Tenho a certeza de que isso será satisfatório em relação àquilo que vocês estão pedindo.

Fiz questão de usar essas palavras para mostrar que precisamos buscar, a partir de agora, uma solução não apenas para o caso deles, mas também das professoras da PEC nº 69. Como fazer a transição em relação a essas servidoras? Todos sabem que o STF julgou a inconstitucionalidade da Lei nº 100, com o placar de onze a zero. Portanto, há uma jurisprudência de que só pode haver admissão após concurso público realizado depois de 1988. Antes desse período, não existia a possibilidade de concurso na Constituição. Exatamente por isso foi que o Supremo considerou a necessidade de concurso público. Então é óbvio que não podemos desfazer a palavra do Supremo. Vocês sabem disso. Qualquer deputado sabe que uma nova lei não pode sobrepor-se à decisão do Supremo. Infelizmente, esta é a verdade. Você não pode fazer uma lei e dizer que ela valerá mais do que a palavra do Supremo. Não é assim que o sistema democrático brasileiro funciona. A palavra do Supremo nesse caso é final.

O deputado Danilo de Castro propôs a PEC nº 422 na Câmara dos Deputados. Talvez vocês não saibam disso, mas é importante. Essa proposta foi apensada à PEC nº 54, que já estava tramitando e tomou bomba. O Danilo não disse a vocês, mas essa proposta foi considerada inconstitucional e já foi... Deputado Alencar da Silveira Jr., V. Exa. não pode me interromper quando estou falando. Em seguida, concederei aparte a V. Exa.

A PEC do deputado Rodrigo de Castro, a de número 422, foi apensada à PEC nº 54, que já tramitava. A PEC dele era igual à de número 54, para a qual o relator deu parecer contrário e fez o substitutivo. É bom que vocês saibam o que aconteceu, para que não fiquem enganados. A PEC dele foi apensada, colocada junto à outra que foi considerada inconstitucional. A PEC do Rodrigo de Castro já tomou bomba. Ele veio até aqui tentar fazer uma nova PEC, porque a dele já falhou, já tomou bomba.

Trouxe para ler para vocês a decisão. Querem que eu a leia? Vou ler a PEC dele. Vou ler para vocês entenderem a jogada e depois vou propor uma solução real. Não quero brincar com vocês, não quero fazer brincadeira com quem está aflito. (- LÊ:) “A PEC nº 422, do deputado Rodrigo de Castro, tem o mesmo texto - com uma pequena diferença de quando ela entraria em vigor - da PEC nº 54/1999, a qual foi apensada na Câmara Federal. A comissão especial responsável pelo parecer da PEC rejeitou o texto da PEC nº 54, que é igual ao da PEC nº 422, que também tem o mesmo texto da PEC nº 69.” Como o relator colocou essa questão? Ele diz: (- LÊ:) “De imediato, tendo em vista os princípios básicos que orientam...” Vejo que há algumas pessoas que não querem deixar vocês escutar, devem ser os membros da APPMG, que estão com o outro partido político. Assim fica difícil fazer o debate. Pediria a vocês que me escutem para saber o que está acontecendo.

Continuando a leitura: (- LÊ:) “De imediato, tendo em vista os princípios básicos que orientam a organização e o funcionamento da administração pública, não há como respaldar a possibilidade de regularização de situações, com admissão em cargo efetivo, após a Constituição de 1988, sem aprovação prévia em concurso público. Pelos mesmos motivos, não há como se trazerem para os quadros do serviço público, ainda que de caráter temporário, prestadores de serviço”. Ele termina dizendo o seguinte: (- LÊ:) “A proposta apresentada, portanto, tem inúmeras impropriedades e inconveniências que nos conduzem a rejeitá-la integralmente.”

Então a PEC do Rodrigo de Castro foi rejeitada integralmente no Congresso Nacional. Não há mais no Congresso Nacional a possibilidade de ela vingar, porque já foi rejeitada. É importante vocês saberem isso. Tentaram uma PEC aqui que evidentemente terá no STF a mesma destinação. É óbvio que isso irá acontecer.

Mas, há uma dúvida. As professoras que estão de fato com problema, interessadas em resolvê-lo e que vieram para escutar perguntam o seguinte: isso não vai demorar para ser resolvido talvez 5, 6 ou 7 anos, dando oportunidade para outros se aposentarem? Infelizmente, isso não vai acontecer. Consultamos todo o setor jurídico, e todos dizem que, como já há decisão de mérito, e qualquer deputado e advogado sabe disso, não tem de se julgar novamente, ela é apensada àquela decisão.

Então, imediatamente, será dada uma liminar declarando o entendimento de que aquela PEC tem teor semelhante e induz a não ter concurso. Portanto, ela será também arquivada por meio de uma liminar, e o concurso terá de ser feito. Esse é o posicionamento real do que está acontecendo.

Então, queria que vocês soubessem da realidade. É claro, que, se tivéssemos uma varinha de condão para resolver imediatamente esse problema, nós o faríamos, mas só existe uma possibilidade real, que é sentar com o governo do Estado - o que este não faz - e, em vez uma mentira dentro do Plenário da Assembleia Legislativa como está sendo feito aqui, ver o que o governo está pensando em fazer depois. Por exemplo, a Renata Vilhena disse que não fará concurso para auxiliar de escola, que vai terceirizar o serviço. Vocês ouviram isso. Então, o governo enquanto engana aqui, está preparando a terceirização das auxiliares de escola. Sou contra a terceirização. Acho um absurdo com as auxiliares terceirizar os serviços nas escolas, mas é isso que a Renata Vilhena e o atual governo estão tramando para depois das eleições.

Um segundo ponto é o que fazer com as professoras e os auxiliares, a partir de agora, nesse quadro. Temos, em primeiro lugar, de garantir a contagem de todo o tempo de serviço. É preciso que vocês não o percam, pois esse é um direito do trabalhador. Vocês têm esse direito e não vão perder um dia sequer. É obrigação do governo do Estado informar ao INSS e ele tem de, necessariamente, contabilizar. Podem ficar tranquilos que isso é uma obrigação. Aliás, a Bia, do Sind-UTE, esteve com o INSS, e eles garantiram que a contagem de tempo é absoluta. Por que deu problema com o INSS antes? Porque o governo do Estado, ao invés de deixá-los no Ipsemg, quis impor-lhes o INSS antes da hora, antes do concurso. Então, o juiz deu um pito no governo do Estado e disse a eles que as professoras têm o direito até abril de ficar no Ipsemg. Assim, ele teve de voltar com vocês para o Ipsemg, mas o tempo do INSS é garantido. Garanto a vocês que qualquer governador, seja ele de qual partido for, terá de garantir o tempo de serviço. Essa é a primeira



questão que é importante para vocês. Todos terão garantido o tempo de serviço, basta que o governo declare que vocês contribuíram e como contribuíram com o Ipsemg. É evidente que qualquer governo terá de fazer isso.

Um outro ponto: é preciso que, ao estabelecer aquilo que o Supremo exige, que seja o concurso público, que ele leve em consideração a experiência dos trabalhadores em educação. Isso não pode ser jogado fora. Não se pode fazer um concurso meramente acadêmico. É preciso discutir qual o caráter do concurso, o que o governo atual não quis fazer até hoje. Ele não sentou com ninguém para estabelecer o que é e quais os critérios do concurso público. Como o STF está obrigando a ter o concurso, o governo precisa sentar com vocês, qualquer governador, seja o Pimentel, seja o Pimenta da Veiga ou outro que seja eleito, e fazer um acordo do que é um concurso público justo, que leve em consideração o tempo de serviço e a prática dos trabalhadores. É possível contar o tempo de serviço? Sim. O STF permite a contagem do tempo de serviço. Com ela, vamos, certamente, absorver a imensa maioria dos professores da Lei nº 100, mas isso precisa ser negociado.

Então, vejam bem, terminado o processo eleitoral, vamos precisar, e esse é o compromisso que tenho com vocês aqui, de intermediar com o governador eleito uma ampla reunião para debatermos as situações e chegarmos a um comum acordo daquilo que é possível fazer, nos termos da lei.

Este é o compromisso que quero assumir com vocês, professores, professoras e trabalhadores da educação, dentro, evidentemente, dos limites do que o STF obrigou a fazer. Esse é o quadro que existe nas escolas.

Permitam-me também um diálogo sincero com vocês, pois estou sendo sincero. Vocês estão diante de uma Assembleia Legislativa que durante 12 anos votou contra os professores e as professoras; vocês estão diante de uma Assembleia Legislativa que acabou com o subsídio de vocês. Aliás, desculpem-me, acabou com o piso salarial e o transformou em subsídio. Vocês estão diante de deputados e deputadas cuja maioria votou contra a carreira dos professores; vocês estão diante de deputados e deputadas que durante 12 anos, junto ao governo do PSDB, massacraram as professoras nas escolas; vocês estão diante de uma Assembleia Legislativa que não lhes deu a mão em momento algum; vocês estão diante de uma Assembleia Legislativa que vocês chamaram de inimiga e que, ao terminar uma greve, traiu vocês, pois jamais respeitou direito de servidor; vocês estão diante de deputados que assinaram agora, na véspera das eleições...

Uma coisa que avisamos que não iria dar certo, como não vai dar. Hoje vocês estão vendo que não vai dar certo. Mas, em busca de votos, fizeram disso aqui um palanque eleitoral. Pediria aos professores, principalmente aos que estão em casa, que prestassem atenção no que de fato está acontecendo aqui. Eu me posicionei favoravelmente aos professores durante 12 ininterruptos anos aqui dentro. Aliás, desculpem, foram oito anos porque não estava aqui em quatro. Votei, como votaram vários - o deputado Sávio Souza Cruz está ali -, em todos os projetos de lei das professoras e dos professores. Fui a todas as assembleias de greve de vocês. Ajudei em tudo o que podia ajudar. Fiz passeata com as professoras - quem é professora sabe disso - e estive na luta com todas vocês. Também estive com os agentes penitenciários, com os servidores da saúde, aliás, com todos.

Os professores e professoras vão fazer agora um balanço do que vale mais: quatro anos de trabalho ininterrupto a favor da educação, da saúde, dos servidores públicos ou uma semana de mera demagogia dentro da Assembleia Legislativa. Vocês meçam direitinho o pacote para saber quem está a favor e quem está contra vocês. Podem ter garantia de que, se por um acaso eu estiver aqui em uma próxima legislatura, agirei da mesma forma. Independentemente de quem for o governador, estarei com vocês, votando a favor de todas as propostas da educação. Na semana que vem estarei aqui exigindo deste governo e do que estará eleito. Na próxima terça-feira, vou apresentar requerimento para abrir processo de negociação para resolver o mais favoravelmente possível, através dos instrumentos legais, em favor dos professores da Lei nº 100.

É isso que tenho a dizer a vocês. Mas se alguém quiser acreditar naqueles que foram carrascos e, às vésperas da eleição, querem se fazer de anjos, paciência. Cada um faz o julgamento que quer. Mas sou obrigado a citar quais projetos esses deputados, que fazem agora demagogia de uma PEC, votaram contra os professores. Falo isso principalmente aos professores que estão em casa. Falo isso com muita coragem - sempre tive -, mas também com a determinação de alguém que sempre apoia a educação. Vou fazer questão de ler o que eles votaram contra e o que eu e os deputados que estão xingando votamos. Por exemplo, eles votaram contra a categoria pelo congelamento da carreira. Diga "presente" quem votou pelo congelamento da carreira. Onde estão os demagogos que votaram pelo congelamento da carreira? Digam, demagogos, como vocês votaram. A carreira está congelada. Os demagogos votaram contra os professores. Quanto ao pagamento do piso salarial, como votaram os demagogos? Votaram pelo subsídio, contra o piso salarial.

Quanto ao reajuste anual, conforme determina o MEC, como votaram os demagogos? Contra os professores. Só aqui foram três. Os demagogos também votaram contra a categoria, pelo fim do fundo de previdência, o roubo do Funpeng. Como vocês votaram, demagogos? Nessa matéria, o deputado Alencar da Silveira Jr. votou conosco; o resto votou para acabar com o fundo de previdência dos professores e dos servidores públicos. Assim votaram os demagogos que agora estão aqui fazendo gracinha.

Digo mais, porque tenho coragem. Não tenho medo de cara feia. A um deputado que vem aqui falar mal da Bia, não deixo de fazer aparte. Digo mais: levantem a mão os demagogos que votaram contra o descongelamento da carreira. Os demagogos agora estão quietinhos. Quem votou contra a verba para o professor poder comer na escola? Apresentei um projeto para o governo alocar dinheiro para que o professor coma na escola, mas os demagogos votaram contra. Uma professora não pode se alimentar na escola porque o governo do Estado não destina dinheiro para isso. Os demagogos votaram contra as professoras, que não podem nem comer na escola. Lembram disso? Agora estão dando uma de santos. São uns santinhos do pau oco. É isso o que vocês são.

Querem mais? Também votaram contra o reajuste salarial, o acordo do piso salarial. Lembram-se de quando o Danilo de Castro, pai do Rodrigo de Castro, rasgou o acordo que tinha sido lido aqui, nesta Casa, pela Bia? Eu estava presente na hora em que assinaram e dei o meu aval, mas, na semana seguinte, ele mandou uma lei que acabou com os professores. Lembram-se disso? Foram os demagogos que votaram assim. Os santinhos do pau oco, que, a quatro dias das eleições, estão prometendo o que não podem entregar, até mesmo que a votação seja hoje. São eles que merecem as vaias de vocês, por estarem aqui enganando as professoras e os professores. É verdade, e as professoras sabem disso. Só não sabem disso os militantes do PSDB, que vieram nos vaiar. Mas, quanto a



esses, não estou nem aí. Para mim a vaia de militantes do PSDB é um elogio, não um problema. Mas respeito as professoras, que sabem que estou dizendo a verdade.

Em todos esses projetos, votei a favor. Eu levanto a mão: votei a favor de todos. Agora levantem a mão os deputados que votaram a favor das professoras. Podem levantar a mão. Você não, deputado Wander Borges; você votou contra as professoras. O deputado Ulysses votou a favor...

Votou contra, sim, deputado Wander Borges. Você também é um demagogo que está fazendo demagogia aqui. Não vem com essa não. Para cima de mim não. Não perdi o juízo. Quem perdeu o juízo foram vocês por achar que virão aqui, a quatro dias das eleições, depois de votar contra as professoras, para fazer demagogia. Estão desesperados assim porque saiu o resultado de outra pesquisa. Sabem quanto foi? Foi 41% a 18%. Vamos libertar as professoras! Viva! A liberdade vai chegar nas escolas públicas. As professoras vão estar livres dos tucanos. A pesquisa apontou 41% a 18%. Não há demagogia que reverta a vontade. Não teremos mais choque de gestão. Aleluia! O choque de gestão vai acabar, professores e servidores públicos! O choque de gestão vai acabar! Ninguém mais vai tomar choque nas escolas. Graças a Deus, o choque de gestão está acabando.

Mas quero apontar outra demagogia. Quem defendeu aqui o investimento dos 25% na educação? Vocês se lembram disso? Fomos nós. A dívida que o governo, desde Aécio Neves, passando por Anastasia e agora por Alberto Pinto Coelho, tem com educação é de R\$8.000.000.000,00. Isso faz de Minas Gerais um estado com deficiências enormes, como mostra o estudo comparativo. Metade das escolas públicas não tem quadra coberta para o ensino médio. Os professores e as professoras dão aula em situação desfavorável e sofrem nas escolas.

Inventaram um negócio chamado Reinventando o Ensino Médio. Sabem como o Reinventando o Ensino Médio é chamado pelas professoras? Arrebrandando com o Ensino Médio. Obrigam as coitadas das professoras a ficar no 6º horário. É verdade ou não é? Chama-se Arrebrandando o Ensino Médio.

Eu dei aula por 10 anos, Ulysses. Como ocorrem as aulas? Você dá três aulas, há um intervalo de 15 minutos, e depois você dá as outras duas aulas. Depois dessas três aulas que você leciona, você termina cansado. No quadro que temos de violência nas escolas - não é verdade? -, a professora já termina três aulas com a língua para fora. Aí ela vai para a cantina e merenda, se o governador deixar. No caso de Minas, só se a professora comer escondido, porque o governo do Estado soltou uma portaria proibindo as professoras de comer. Não é verdade?

Então, a professora não pode comer. Ela fica com a barriga, Sávio Souza Cruz, roncando, e vai dar mais duas aulas, exausta, sem comida, fraca. Já está com problemas enormes.

Vamos votar, sim. Então, vejam bem. Agora o deputado Lafayette de Andrada não quer escutar porque esse é um dos demagogos, que está propondo a PEC, mas votou contra os professores.

As professoras, então, o que fazem? Com fome, com muita fome, elas vão dar mais dois horários de aula. Aí, ao invés de dois horários, são três horários, há mais um horário no Arrebrandando o Ensino Médio. São seis aulas. O que acontece com a coitada da professora? Os alunos não estão lá, ela tem de dar dever de casa a mais. Os alunos são da área rural, coitados. As professoras têm trabalho em dobro e não recebem. Esse é o quadro da escola pública. Daquela que o senador Aécio Neves diz, na televisão, que é a melhor escola do mundo, e na maior cara de pau. Eu não sei como alguém aguenta ver o senador dizendo que em Minas nós temos uma escola maravilhosa, que ele arrumou tudo. E fala sorrindo, com cara de deboche. Parece que está debochando das professoras. É assim que ele fala na televisão.

Embora os militantes do PSDB estejam aqui e não gostem, o senador Aécio Neves fala na televisão como se estivesse debochando dos professores. Ele fala que é a melhor escola do mundo, que ele fez e aprontou. Sabem o que ele e o PSDB fizeram agora? Proibiram o sindicato de colocar peça publicitária dizendo as verdades. Então, o sindicato hoje está proibido de colocar peça publicitária na imprensa dizendo que o PSDB e o governo do PSDB devem R\$8.000.000,00 para a educação. Não se pode mais apresentar peça publicitária, a verdade deve ser escondida. Ou seja, não pode, está proibido. Há 21 ações contra os professores e suas representações no TRE, para evitar a verdade, para tentar iludir as pessoas durante o processo eleitoral.

Então, foi muito bom os agentes penitenciários virem aqui para saber a realidade da escola pública. Foi muito bom os professores virem aqui saber dessa realidade.

Sr. Presidente, faltam ainda 28 minutos para eu falar. Eu não vou falar. Antes disso, eu vou pedir ao presidente que faça, e eu continuo aqui... Aliás, presidente, eu vou falar, sim, porque, realmente, está ficando difícil aquentar.

Aqui, presidente, não há 48 deputados. V. Exa. podia informar, como presidente da Assembleia e não como vice-candidato a vice-governador, que precisamos de 48 votos para votar a PEC. Isso não foi informado. Vocês sabiam disso? Para votar a PEC são necessários 48 deputados, e nós não temos aqui, no momento, esse número. Contem aí quantos deputados presentes. Sabem o que eles querem continuar fazendo aqui? Um circo. Amanhã vai estar estampado no jornal *Estado de Minas*, o jornal do senador Aécio Neves, que o PT foi contra a PEC. É apenas isso que está em jogo aqui. Entenderam? É só isso que está em jogo. Quanto ao problema de vocês, eles não estão nem aí. Eu estou disposto e vou ajudar a resolver essa questão, com muito diálogo com o nosso próximo governador. Nós vamos resolver tanto o problema dos agentes penitenciários como das professoras e dos professores, porque nós temos de ter uma escola de qualidade.

Precisamos voltar a sorrir na escola. A escola não pode ser aquela repressão, onde a diretora fica chuchando os professores, exigindo deles coisa que não pode, porque a superintendente é uma ditadora de plantão indicada por algum deputado, que chucha as diretoras de escola. Isso acabará. Faremos eleição de superintendente de escola. A superintendente será eleita, vocês terão superintendência a favor do ensino e de vocês. Transformaremos a escola novamente numa escola alegre de se viver. Transformaremos a escola pública numa escola de liberdade, em que os professores vão satisfeitos para a sala de aula, não mais com a opressão que existe. A escola será outra. Levaremos ao ensino médio o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. O Pronatec é aquela escola onde o professor se valoriza mais e o estudante, o aluno, é formado em uma profissão. Isso valoriza o professor e valoriza a escola. Haverá esse tipo de escola, com liberdade, onde poderão organizar-se e se manifestar.

É essa escola que precisa ser feita e que está prestes a ser construída, deputado Ulysses Gomes. Está aí o desespero das hostes adversárias. O desespero daqueles que, sabendo que a derrota é iminente, trazem pessoas inocentes para fazer parte deste circo que procuraram armar aqui. É lamentável. Podem ficar aqui até o dia da eleição, fico com vocês, e não será votada a PEC, não haverá aqui 48 deputados. Foi apenas um circo armado. Sugiro fazermos de fato um debate sincero para resolver o problema, e não enganar o professor.

Deixa eu só lhes dar mais um detalhe. Caso a PEC fosse aprovada aqui agora, teria de haver um 2º turno. Ela vai para comissão, para ser apreciada, e volta para cá. Tem de haver um 2º turno. Contaram isso para vocês? Ou seja, antes das eleições nada será resolvido. É como o coronel fazia antigamente: dou para vocês um pé de botina; votem em mim, que depois dou o outro pé da botina. Mas professor não é bobo, não votará em pé de botina. Onde está o que vocês iam resolver? Como resolverão o problema das professoras que vocês colocaram aqui? E nós, do PT e do PMDB, ficamos aqui. Eles têm 54 deputados. Onde estão os 54 deputados da base do governo que deveriam estar aqui e não estão?

Era apenas para inglês ver. Sinto muito. Às vezes é ruim dizer a verdade, mas prefiro ser sincero a enganar vocês.

Às vezes vocês chegarão no domingo enganados por meia dúzia de mal-intencionados e depois chorarão quatro anos. Prefiro não agir assim. Tenho um dever moral e ético comigo mesmo. Não posso mentir e falar: "Votarei aqui", e vocês saírem felizes para casa e me aplaudirem, e chegar com outra cara semana que vem. Prefiro lhes falar a verdade.

As professoras que me estão escutando aqui me conhecem. Sou construtor do sindicato. Particpei da primeira greve dos professores, em 1979. Desde lá participo das assembleias, estou com os professores, luto pela educação, não deixo um dia sequer de fazer o dever de casa de apoiar o sistema educacional público. Nunca deixei de fazer isso, e a professora é testemunha disso. Mais do que isso, nunca votei contra professora. O Patrus Ananias era prefeito de Belo Horizonte e mandou um projeto com o qual as professoras não concordavam.

Votei com as professoras e contra o Patrus Ananias e expliquei a ele: "Tenho dever com os professores e as professoras em relação a isso que foi enviado para cá. Não voto contra as professoras". O Patrus, na época, não gostou muito, mas votei. Já aviso, seja para Fernando Pimentel, seja para qualquer um que for contra a educação, não voto aqui, mas demagogia também não faço. Tá bom?

Fica um acordo entre a gente. Estarei com vocês e buscarei intermediar o processo. Quanto a isso podem ficar seguros. Ajudarei vocês muito mais do que uma mera demagogia antes das eleições no Plenário da Assembleia Legislativa. Podem ter certeza disso e me cobrar pessoalmente. Saio daqui e converso com vocês. Isso serve para os professores e os agentes penitenciários, cuja causa também é justa. Não é bom deixar um agente penitenciário treinado ser demitido sem a realização do concurso. Realizem o concurso e vocês passarão nele. Vamos realizar um concurso legal também para vocês, que leve a experiência em consideração. Tenho certeza de que a grande maioria passará nesse concurso e será efetivo com todos os direitos: fará greve, lutará e terá uma carreira decente. As professoras também terão piso salarial e carreira, e cobrarão, portanto, os seus direitos, com toda a propriedade. Esse é o futuro que está posto para nós, pessoal. Então, agradeço muito a vinda de vocês.

Presidente, V. Exa. pode ver que não há quórum para fazermos o debate da questão. Então, presidente...

O presidente - Deputado Rogério Correia, só lhe peço, *data venia*, um minutinho até porque V. Exa. mencionou a minha pequenina história de vida na sua manifestação, que, na minha análise, é apoucada, desprovida de bom senso, muito mais do que isso, de respeito não somente ao presidente da Assembleia, mas, acima de tudo, aos colegas. V. Exa. está destilando muito ódio e muita ira. V. Exa. está com o coração muito pesado e revoltado. Mesmo tendo me desrespeitado, vou respeitar V. Exa. porque o considero um bom deputado, um bom parlamentar, que quer, dentro do seu campo político, melhorar a vida das pessoas. Esse também é o meu propósito, esse também é o meu nobre propósito. Aqui não é o Dinis candidato a vice-governador; aqui é o Dinis empregado do povo. Aqui é o Dinis presidente da Assembleia Legislativa. Se V. Exa. não acredita na PEC, eu acredito. Se V. Exa. não acredita nas ações do Estado, eu acredito. Ainda bem, deputado Rogério, que a democracia nos dá essa oportunidade de cada um externar o seu ponto de vista.

Fico estarecido - aí me perdoe - não é porque não existe campo administrativo perfeito, e a sociedade sempre apresentará as suas demandas, até porque sou filho de professora, pois o seu amor à educação não é maior do que o meu amor à educação. Quando V. Exa. nem pensava em nascer, a minha mãe já tinha ficado órfã aos 5 anos. Quando V. Exa. nem pensava em nascer, a minha mãe aos 12 anos já lecionava de forma primária. Quando V. Exa. veio à vida, a minha mãe, chamada pela aventura da vida, entrou numa boleia de caminhão, saindo de Paracatu, e viajou por sete dias até chegar a Belo Horizonte. Colecionou títulos universitários e trabalhou. Naquela época, deputado Arlen, ao final da década de 1940, uma mulher trabalhar, estudar e, logo em seguida, criar cinco marmanjos, era um desafio enorme. Por isso, por esse meu berço, terei sempre de respeitá-lo, mesmo discordando da heresia que V. Exa. aqui externou.

A nossa educação, seja em nível estadual, seja em nível nacional, está muito longe daquilo que V. Exa. sonha, daquilo que sonho, daquilo que todos nós sonhamos. Não dá para ser feliz e não existe promoção social que não passe obrigatoriamente pela valorização e pelo apoio real à educação. Quando se fala de educação, a gente tem de valorizar, mas valorizar de forma incontida, sobretudo os professores e, mais do que tudo, esse ambiente escolar. Não dá para ser feliz quando a gente verifica, deputado Rogério Correia, que os países desenvolvidos estão investindo cerca de US\$8.000,00 por aluno por ano. O Brasil investe tão somente US\$3.000,00.

Eu, por exemplo, deputado Rogério Correia, tive oportunidade, ao lado de tantos deputados, no ano passado, de externar a nossa indignação em relação ao governo federal, que queria fechar, por exemplo, as Apaes do Brasil. Apaé é uma obra santa. É uma obra de cada um de vocês, uma obra nossa, é obra das famílias brasileiras. É um obra que se traduz em fraternidade, em carinho e amor, e o governo do PT queria fechá-la. Nem por isso estou menosprezando as ações desencadeadas pelo PT, em hipótese alguma. V. Exa. fica falando de fome, terei de fazer a minha luta, ganhando ou perdendo, até porque vitória é aquela que aumenta a dignidade.

Essa é a vitória de quem encara a vida pública como verdadeiro sacerdócio.

Discordo, por exemplo - perdoe-me, deputado Rogério Correia -, de que o governo federal vem investindo tão somente 5% do PIB na educação. Perdoe-me, mas o Brasil vem investindo tão somente 5% do PIB na educação, sendo que 1% é do governo federal e os outros 4% são dos estados e municípios. É um contrassenso, quem mais tem, que é o governo federal, é quem menos investe. V. Exa.



falou de fome agora há pouco. Realmente, quase que essa é a palavra adequada. O governo federal, caros deputados, caros professores, repassam tão somente R\$0,30 para o aluno, para a merenda escolar. Um copo de cachaça é R\$1,00, a merenda repassada pelo governo federal é R\$0,30. Que contrassenso! Isso deve chocar o seu coração. Choca o meu, choca o coração de todos nós. Então quero lhe falar, deputado Rogério Correia, que haverei sempre, mesmo discordando, de respeitar V. Exa. Fui criado nesse ambiente, um ambiente da simplicidade.

O meu saudoso pai foi açougueiro, foi motorista de táxi, foi motorista de ônibus, foi vereador, foi prefeito e, no último dia, ao entregar o mandato ao seu sucessor, no final da década de 1970, ele estava com uma picareta na mão ajudando os funcionários de Ibitirica a entregar a tão sonhada rede de água a seu povo. Então quero dizer a V. Exa. que, em todos os instantes, fui eleito pelo povo. Aqui haverei de cumprir a minha missão até o último segundo desse meu desafio, perdendo ou ganhando. Portanto, deputado Rogério Correia, gostaria muito de contar com o respeito de V. Exa., gostaria muito que V. Exa. não menosprezasse os colegas, muito menos os intitulassem de demagogos. Cada um, de uma forma ou de outra, está trabalhando com afinco, com fervor, com decência e com amor, pelo seu povo e pela sua pátria. Portanto quero refutar, de forma veemente, a maneira como V. Exa. se referiu a minha pessoa, da forma lamentável como V. Exa. se reportou a todos os deputados e as deputadas desta Casa. Tenho muito orgulho da história de V. Exa., de todos os deputados que aqui se encontram. Sempre falo, queridos professores, queridos servidores, que esta Casa é a casa de vocês, é a Assembleia da ética. Quando aqui chegamos, as nossas primeiras ações, até porque, reafirmo, somos empregados de vocês, foram acabar com o 14º e o 15º salário dos deputados. Acabamos. Somos empregados seus, somos empregados do povo. Acabamos com o pagamento do auxílio-moradia, acabamos com o pagamento das reuniões extraordinárias dos deputados. Tenho muito orgulho por ter passado aqui 20 anos. Foi um aprendizado maravilhoso. Haverei de levar pela vida afora esses exemplos e esse aprendizado aqui cultivado e que muito me enriqueceu. Portanto, deputado Rogério Correia, é nesse ambiente da simplicidade, mas cultivando esses valores do respeito ao próximo, que haverei de caminhar sempre pela vida afora, da mesma forma que V. Exa., sonhando, sonhando com um mundo melhor.

Quero, sim, promover todos os meus esforços, ao lado dos deputados, para votar a PEC nº 69. O fundamental é tentar sempre, até porque sempre digo que a felicidade só aparece para aqueles que a buscam e tentam sempre. Eu busco sempre, eu tento sempre, eu tenho fé sempre e haverei sempre de desencadear todos os meus esforços para fazer da nossa educação, em Minas e no Brasil, o grande passaporte que haverá de nos conduzir a um salto definitivo rumo a um futuro de paz, rumo a um futuro de prosperidade, rumo, acima de tudo, a um futuro de justiça social.

Portanto, queridos professores e queridos servidores, sejam bem-vindos. Hoje estamos verificando falta de quórum, mas o fundamental é tentar. Aqui não há demagogo em Dinis Pinheiro. Aqui não há demagogo em quem quer que seja, nem situação nem oposição. Aqui há, sim, um belo sonho de transformar a vida do próximo, acima de tudo do mais pobre e do mais carente, através da valorização firme e robusta da nossa querida, amada e transformadora educação. Sejam bem-vindos. Era isso que gostaria de falar.

O deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, vou considerar a fala de V. Exa. como aparte, que não poderia deixar de conceder, mas queria também deixar bem clara a minha opinião, que mantenho em relação ao que V. Exa. disse.

Como pessoa, não fiz nenhuma crítica a V. Exa. O discurso, o aparte de V. Exa. apenas reitera a minha certeza de que V. Exa. não soube, neste momento, separar a função de vice-governador, como candidato, da de presidente da Assembleia. Várias outras PECs estavam e poderiam estar na pauta. V. Exa. colocou uma que certamente não seria votada, e isso aqui foi transformado num palanque de ataques ao candidato do PT por vários deputados.

V. Exa., ao fazer discurso agora, tem também, e o faz como presidente da Casa, uma crítica a fazer ao governo federal, como presidente da Casa, e não faz crítica ao governo do Estado de não ter, por exemplo, cumprido os 25% da educação. Então, V. Exa. não está separando a função de V. Exa. como presidente da Casa e o papel como candidato a vice-governador, infelizmente. Acho, aliás, que cabe uma PEC, nesta Casa, para que isso não mais ocorra. Acho muito estranho um presidente de uma instituição como a Assembleia Legislativa ser candidato majoritário e continuar presidindo a Assembleia. Fica essa lição, porque escolhe, a seu bel-prazer, aquilo que entra na pauta. A ninguém da oposição V. Exa. se dignou a perguntar se havia ou não concordância para agilizar a votação de algo desse porte antes do processo eleitoral. Portanto, no meu entendimento, V. Exa. é corresponsável pelo que acontece aqui, inclusive pelos atritos e pelas posições que, obviamente, podem radicalizar o debate político. Não era hora de colocar isso, e mantenho esta crítica, pois é uma crítica política.

Tenho muito respeito à vida de V. Exa., como V. Exa. tem em relação à minha. Também sou filho de professora aposentada, que se aposentou na Escola Estadual Melo Viana, sou filho de comerciante e tenho uma vida tão digna quanto a vida que V. Exa. tem. Agora, não era possível que tivesse faltado e que se servisse, ao final, de discursos neste dia de eleição. Aqui tanto está uma farsa posta, tanto está que, mesmo não havendo quórum, a farsa continuará.

V. Exa. devia, vendo que não há quórum, terminar a reunião. Não o fará. Aqui continuaremos a ter, durante várias horas, deputados da base do governo atacando o PT. Esse era o objetivo desta reunião. Vocês façam um bom proveito. Transformem isso em um ato político de ataque ao Partido dos Trabalhadores. Isso que acontecerá daqui a pouco... Aliás, a reunião foi convocada para isso. O Tribunal Regional Eleitoral tem de estar atendo ao que aconteceu e às medidas que aqui foram tomadas.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezados servidores do Estado de Minas Gerais que hoje lotam as galerias da Assembleia Legislativa: ouvi, atentamente, as palavras do deputado Rogério Correia, a quem conheço e que me pareceu um pouco desequilibrado emocionalmente naquela hora. Tenho a obrigação, antes de iniciar a minha fala, de fazer um desagravo em nome do nosso presidente Dinis Pinheiro, um homem que tem uma história de vida que é um exemplo para todos nós. Não achei nem um pouco elegante o deputado Rogério Correia usar da tribuna, da televisão, da presença de todos para fazer críticas ideológicas e partidárias contra uma figura que tem uma história de vida como o nosso presidente Dinis Pinheiro.

Mas, Sr. Presidente, quero aqui falar um pouco da PEC nº 69. O deputado Rogério Correia preferiu fazer críticas à educação de Minas. É uma opinião dele. Ele se esquece de que o próprio governo federal, o PT, avaliou a educação pública de Minas como a



melhor do Brasil. Graças a quem? Graças aos professores, aos servidores que estão aqui, a vocês, que dão o suor, o sangue, o seu esforço. É a vocês que devemos esse reconhecimento. O governo federal reconheceu, mas o deputado Rogério Correia prefere não reconhecer.

Sr. Presidente, preciso fazer aqui também uma distinção ao eminente deputado Sebastião Costa, relator da PEC nº 69, que deu o seu parecer favorável, que foi aprovado na comissão especial e está na pauta para ser votado hoje. Ele é o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia. É um dos deputados mais experientes e mais respeitados que temos aqui. É dele a autoria do relatório dando parecer favorável à PEC nº 69, que vamos aprovar. Vamos aprová-la, porque a PEC nº 69 faz justiça aos servidores do Estado de Minas Gerais, faz justiça aos servidores da educação.

Nós, da Assembleia Legislativa, não vamos nos acovardar. Votaremos sim, porque somos favoráveis aos servidores de Minas, aos professores de Minas, à educação de Minas. Não vamos fazer aquilo que vexaminosamente o PT está fazendo, tentando não deixar votar a matéria. O deputado Rogério Correia subiu aqui, gastou uma hora na tribuna e não falou patavina sobre a PEC nº 69. Fez isso para gastar tempo, cansar os deputados, a plateia, tentar nos desanimar. Mas não vamos desanimar, deputado Rogério Correia. Não vamos nos acovardar, deputado Rogério Correia. Vamos votar sim.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Deputado Lafayette de Andrada, fomos convocados a comparecer ao Plenário em respeito a todas as pessoas que estão aqui. Muitas estão no ambiente externo e milhares estão acompanhando a tramitação da PEC nº 69. Esta terça-feira, histórica para a Assembleia de Minas, deixa uma nódoa pela agressão sofrida por diversos parlamentares e pelo nosso bravo, competente e exitoso deputado Dinis Pinheiro.

Meu caro Lafayette de Andrada, estamos discutindo, hoje, a situação funcional de mais de 70 mil servidores. É vida, é trabalho. Essas pessoas estão com os dias contados no Estado, não sabem se continuarão ou não trabalhando. É nossa responsabilidade. Não poderíamos nos esquivar desta discussão a respeito da PEC nº 69. A agressão sofrida diante das manifestações do deputado do PT é uma tentativa desequilibrada de tirar o foco das pessoas que vieram aqui. Olhem as caravanas que estão aqui. Olhem a distância que esse povo andou. Falta respeito, falta hombridade de dizer de que lado estamos.

Deixe-me contar uma parte importante da existência de vocês. Certa época, o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação entrou na Justiça porque não aceitou que os efetivados pela Lei nº 100 pudessem, em um mesmo instante, buscar as aulas distribuídas pelo Estado. O Estado de Minas foi à Justiça buscar amparo e, assim, os efetivados tiveram os direitos dos efetivos.

O deputado Lafayette de Andrada* - O sindicato trabalhou contra.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - O sindicato trabalhou contra eles. Isso é realidade, isso é fato. Quem defendeu esse povo foi o Estado. O Sind-UTE foi contra esse pessoal. Hoje, mais uma vez, o mesmo partido político se mostra contrário a essa gente, a esse pessoal que está na iminência de perder o emprego, a vida.

Estava em Campo Belo, na minha região. Vou voltar para lá, pois tenho um compromisso às 19h30min. Vou pegar o carro e irei pela estrada com a consciência do dever cumprido. Não vou me acovardar. Não vou deixar de lado a responsabilidade de zelar pela guarida, pela segurança desse pessoal. Deputado Lafayette de Andrada e presidente Dinis Pinheiro, faço um apelo para que urgentemente coloquem novamente na pauta essa matéria. Mostre o compromisso de V. Exa., presidente, com os servidores do Estado. As críticas dirigidas a V. Exa. e a todos nós não nos desanimarão diante do nosso dever, que é lutar por vocês. Contem conosco. Vamos até o fim. A PEC nº 69 vai ser aprovada.

O deputado Lafayette de Andrada* - Quero lembrar que, durante a tramitação da PEC nº 69 - é importante saber isso -, nenhum deputado do PT quis assiná-la. São necessárias, no mínimo, 20 assinaturas, mas nenhum deles quis assiná-la. Eles se recusaram a fazê-lo, recusaram-se a se apresentar nas reuniões da comissão especial. O PT se recusou a indicar seu membro na formação da comissão especial que o Regimento determina para elaborar a PEC.

Embora fosse regimentalmente obrigado a indicar um membro para compor a comissão que discutiria a matéria, o PT não indicou. Foi necessário que se lançasse mão de um artifício regimental e a presidência indicasse. É para que vocês vejam o tanto que o PT trabalhou contra essa PEC. Agora, está tentando obstruir a votação de todas as maneiras.

Concedo aparte ao deputado Luiz Henrique, nosso bravo representante do Norte de Minas.

O deputado Luiz Henrique (em aparte)* - Quero parabenizar o deputado Lafayette de Andrada por ter proposto a PEC nº 69. Fui signatário dessa PEC porque, ao andar pelo Norte de Minas, pelo Vale do Jequitinhonha e por todo o Estado, vi o sofrimento estampado na face de cada servidor público.

O mérito de a Lei nº 100 ter sido votada como inconstitucional é que isso nos levou a mudar a Constituição por meio da PEC nº 69. O que lamentamos profundamente é a ausência, nessas discussões, do sindicato dos trabalhadores. É lamentável o que ouvimos hoje. Onde estão os deputados do PT? Por que não estão aqui nos apoiando para resolver um problema que foi criado? Sem a provocação do Supremo, isso não estaria acontecendo, como não está acontecendo em outros estados. É questão de humanidade. Os deputados que estão aqui querem votar a PEC nº 69 e fazer justiça àqueles que tiveram seus direitos ceifados - a expectativa é a lei. Temos de fazer uma reflexão profunda sobre isso porque não estamos aqui por ser período eleitoral. Muito pelo contrário. Aliás, quero parabenizar todos os deputados na pessoa do deputado Dinis Pinheiro, que hoje foi humilhado: que você mantenha esse caminho que trilha, sendo exemplo nesta Casa de uma pessoa humilde e que merece o respeito de toda Minas Gerais. Sou seu fã, assim como de D. Irene, sua mãe, uma professora e uma pessoa que conheço bem. Parabéns, Dinis.

A você, deputado Lafayette de Andrada, quero dizer que estamos juntos nessa empreitada. Vamos mudar a Constituição. Vamos aprovar a PEC nº 69. Um grande abraço.

O deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço o aparte ao deputado Luiz Henrique, nobre representante do Norte de Minas e do Jequitinhonha, e concedo aparte ao deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues (em aparte)* - Obrigado, ilustre deputado Lafayette de Andrada. Gostaria de pedir a atenção de todos porque vou falar um pouquinho de quem votou a favor da Lei Complementar nº 100, que era o PLC nº 27. Eu estava aqui e votei favoravelmente. Por que votamos assim e por que tínhamos de fazer isso? Por uma questão simples, deputado Rogério Correia.



Digo isso ao deputado Rogério Correia porque indiscutivelmente sempre me posicionei nesta Casa favoravelmente aos servidores da educação. Por isso peço um pouco da atenção do deputado Rogério Correia para explicar por que ele e os demais deputados do PT e do PMDB também precisam votar favoravelmente à PEC nº 69.

O primeiro motivo está no prefácio da Constituição da República, que fiz questão de ler. Não somos nós que vivemos em função das leis. Quando nós, seres humanos, imaginamos criar o poder público e a chamada tripartição de Poderes, a intenção era que o Estado pudesse, de forma organizada, atender a coletividade para o bem-estar da humanidade. Esse é o propósito de existirem Legislativo, Judiciário, Executivo, Ministério Público, Tribunal de Contas e demais órgãos do poder público.

Com relação a esse aspecto, não dá para admitir - se o deputado é da base de governo ou da oposição - em face do ser humano que aqui se encontra, nas galerias, em face de milhares e milhares de servidores da educação que dependem de uma aprovação, de uma proposta de lei para garantir o seu trabalho, o seu sustento, a sua aposentadoria.

Eu pediria a vocês que pudessem me ouvir atentamente.

Deputado Rogério Correia, fiz um levantamento da votação do PLC nº 27, em 2º turno, que foi transformado na Lei Complementar nº 100, deputado Arlen Santiago. Votaram a favor 62 deputados, no dia 16/10/2007. Vejam quem votou a favor, do PMDB e do PT: Adalclever Lopes, André Quintão, Antônio Júlio, Carlin Moura - que era também da oposição, do PCdoB -, Durval Ângelo, Elisa Costa, Getúlio Neiva, Gilberto Abramo, Ivair Nogueira, José Henrique, Padre João, Paulo Guedes, Roberto de Carvalho, Vanderlei Miranda e Weliton Prado.

Está aqui, deputado Rogério Correia, a votação, em 2º turno, do PLC nº 27. Porque, naquele momento, todos nós, todos, entendíamos que não poderíamos permitir que 100 mil servidores da educação fossem jogados numa lata de lixo como se não fossem seres humanos, deputado Arlen Santiago.

Agora, com relação à ação direta de inconstitucionalidade, é bom que os senhores e as senhoras que aqui se encontram, designados da educação, saibam disto: em 2007, quando o governador Aécio enviou o projeto a esta Casa, já haviam passado mais de quatro governos, deputado Lafayette de Andrada, e os designados continuavam do mesmo jeito. Então, por quatro mandatos os contratos dos designados estavam sendo renovados. E aí, o que faríamos, deputado Lafayette de Andrada? Eu estava aqui e votei favorável, como V. Exa., como os deputados João Leite, Arlen Santiago. Nós votamos porque, de um lado, estava a dignidade do ser humano, estava o trabalho, o sustento, a aposentadoria; do outro, estava o texto frio da lei. E eu disse isso lá, deputado Lafayette de Andrada, durante a votação da PEC, em 1º turno, na comissão.

Olhem, nós não criamos o Estado para que fôssemos tratados em relação ao Estado. É o Estado que se organiza para o bem da coletividade. O Estado não é um fim em si mesmo. As leis não são um fim em si mesmas. Somos nós, seres humanos, que devemos ser tratados como seres humanos. Foi isso que levou, aliás, o PT e o PMDB a aprovarem o PLC nº 27, transformado na Lei Complementar nº 100.

Agora vamos falar aqui, deputado Arlen Santiago, por que ela foi julgada inconstitucional. Quem foi o relator? Qual era o ministro? O ministro chama-se Luiz Fux, João Vítor Xavier. Esse é o ministro. Ele era advogado de qual partido? Aliás, permitam-me a correção, ministro Dias Toffoli. Ele era advogado de qual partido? Quem nomeou esse moço ministro? Ali estava todo o engendramento político para que a Lei Complementar nº 100 não fosse levada a efeito, a efeito da dignidade humana para atender 100 mil pessoas. Por quê? Porque quem havia aprovado fora o governador do PSDB.

A maldade é muito maior do que vocês podem imaginar. É a política a qualquer custo. É a política a qualquer preço. Esse moço chamado Dias Toffoli era advogado do PT quando foi nomeado por Dilma ministro do STF. E por isso eu questiono, deputado Lafayette de Andrada, senhores e senhoras que nos acompanham aqui, neste momento. A maldade foi muito maior do que vocês podem imaginar.

Agora, pasmem! O que a gente vê aqui é que existe um sindicato chamado Sindicato dos Trabalhadores em Educação. Agora, os trabalhadores só são os trabalhadores efetivos? Designado não é trabalhador? Designado não é ser humano? Onde está o sindicato? Onde está o sindicato?

Votei feliz da vida, votarei a PEC nº 69, porque o que está em jogo é o trabalho. Há aqui mulheres que são chefes de família, de 50, 55, 60 anos de idade, com 20, 25 anos como designadas; e não podem sair com uma mão na frente e outra atrás. Temos que votar a PEC nº 69.

Encerrando minhas palavras, deputado Lafayette de Andrada, quero esclarecer a vocês que estão nos acompanhando. Não houve quórum para votação hoje. A eleição é domingo, mas, depois da eleição, votaremos e vamos ampará-los. Estaremos aqui, porque o mandato vai até 31 de janeiro, e votaremos. É bom que saibam disso. Hoje não houve quórum. Mas onde estão os deputados do PT e do PMDB que estão nesta lista e votaram favoráveis ao PL nº 127? Onde estão esses deputados? Eles deveriam estar aqui para lhes socorrer pela dignidade do ser humano, pelo trabalho, pelo respeito. Por tudo isso, deputado Lafayette de Andrada, é que estamos aqui. Parabéns a V. Exa., e desculpe-me se me alonguei.

O deputado Lafayette de Andrada* - Muito obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Concedo aparte ao eminente deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)* - Cumprimento todos os servidores da educação aqui presentes e quero falar também da minha insatisfação com o fato ocorrido com o Supremo Tribunal Federal, negando a constitucionalidade dessa lei. Se ela era inconstitucional e mexia com tanta gente, só depois de sete anos, num momento de eleição, num momento em que o nosso candidato Aécio Neves se manifesta como candidato a presidente, vem essa ação na Justiça, considerando-a inconstitucional. Numa disputa eleitoral, acho que tem de se usar a criatividade, o *marketing*, a inteligência, as bases. Isso é totalmente possível e normal. Mas usar 98 mil famílias, prejudicando-as, fazendo uma confusão na cabeça das pessoas, manifestando-se de forma a criar uma dificuldade eleitoral neste momento, me assusta.

Quando assumi como deputado, há oito anos, imediatamente essa lei surgiu na Casa. Aprofundei-me e entendi que o problema era muito mais sério do que imaginávamos, porque, dessas 98 mil famílias, mais da metade são pessoas que dificilmente terão facilidade

de se inserir no mercado de trabalho. A maioria dessas famílias têm nesse salário, que não é alto, muito baixo por sinal, a única fonte de sobrevivência da família, em todo o Estado, mas principalmente nas regiões mais pobres, como o Norte de Minas, a região do Jequitinhonha e tantos lugares onde não existe outra oportunidade de trabalho. Na minha região também muitos e muitos servidores foram afetados por essa lei, e terão dificuldade de se inserir no mercado de trabalho.

Então apresento a minha indignação e a minha disposição de que sejamos fortes, animados, e que possamos, a partir da semana que vem, quem sabe na terça ou na quarta-feira, voltar a este Plenário, após a eleição, e nos manifestar novamente favoráveis à PEC nº 69. Aliás, nesta semana, um deputado do PT se manifestou, dizendo que ela não deveria ter o número 69, mas 51, numa referência à cachaça 51. Que essa era uma lei de cachaceiro, e quem a votou só podia estar tonto, embriagado. Mas eles também votaram. Se for a favor das pessoas que trabalham, que dão seu suor, que trabalham com respeito à criança, porque principalmente trabalham nas escolas, e for uma “lei 51”, com referência à embriaguez, não temos que nos preocupar.

Temos orgulho, sim, de votar a favor e fazer justiça social. Em meu entendimento, essa é uma lei bendita porque veio dar paz às pessoas que mais precisam. Realmente essa lei tem um alcance social muito grande.

Então, contem conosco! Vamos em frente. Que Deus dê luz e sabedoria, acalme os ânimos e faça com que as pessoas que estão contra essa matéria recuem e se retratem do que estão fazendo de mal para esses servidores. Muito obrigado.

O deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço ao deputado Antônio Carlos Arantes. Quero fazer um registro, ou melhor, lembrar a posição covarde do Sind-UTE em relação aos efetivados. O Sind-UTE acovardou-se e virou as costas para 100 mil famílias, famílias de trabalhadores da educação, que estão nessa área há 10, 15, 20 anos. Na verdade, na hora em que mais precisaram, o Sind-UTE virou as costas e lutou contra eles. Não nos esqueceremos disso.

Concedo aparte ao deputado Arlen Santiago, nosso eminente representante do Norte de Minas.

O deputado Arlen Santiago (em aparte)* - Sr. Presidente, o destempero de alguns não pode ser levado em consideração. Sabemos da sua vida. Além disso, sabemos que nesta Assembleia há demagogo, mas sabemos quem é: é quem obstrui os trabalhos e não nos deixa votar.

Sr. Presidente, recebi mais de 20 telefonemas de professores, serviços e diretores, todos chorando. Estão vendo a atitude de pessoas nas quais acreditavam, mas agora a máscara caiu. A máscara do PT caiu. O que foi feito? Uma orquestração. Votaram no projeto de lei naquele tempo. Com a mão do gato trabalharam para o Supremo considerá-lo inconstitucional. Só que até o Supremo errou, porque considerou inconstitucional uma parte e deu o direito de aposentaria a quem já tinha tempo para isso. É inconstitucional ou não? É em razão dessa brecha que estamos juntos com V. Exa., presidente, para criarmos a PEC nº 69.

Parabenizamos o Tião Costa. Aqui hoje foi separado o joio do trigo. Quem está do lado dos efetivados? Ficou claro aqui. Como é que foi montado? Parece que quem votou naquela época recebeu o comando de alguém: “Tem de ser contra. Tem de ser contra”. Olhem que obediência cega do PT. Ficou um aqui, e o resto saiu para não completar o quórum. As pessoas que estão aqui andaram 600km, 700km ou 800km. Além delas, há centenas de milhares de pessoas nos vendo pela TV Assembleia e ligando para nós, chorando, Lafayette, por não terem a sua pretensão atendida. Estamos lutando e trabalharemos para aprovar a PEC nº 69.

Tenho a certeza de que a turma do PT fará de tudo para obstruir os trabalhos a fim de não nos deixarem votar. Temos de descobrir quem mandou não votarem, quem mandou o PT ausentar-se, quem é essa pessoa que trata tão mal o povo da educação. Esse povo poderia até ter passado no concurso, mas, com a efetivação, não houve essa oportunidade. Isso não atrapalhou quem fez concurso porque já há concursados para preencher as 6.200 vagas existentes. Essas pessoas poderão ser chamados imediatamente.

Sr. Presidente, com o PT agindo desse jeito, dificilmente haverá quórum amanhã ou depois. Gostaria muito que V. Exa., que tem uma história limpa, que foi ultrajado, como todos nós aqui, que fomos tachados de demagogos, refletisse hoje, em casa, e dissesse assim: no Parlamento mineiro, há presidente digno e honesto. V. Exa. colocará a matéria na pauta de terça ou de quarta-feira da semana que vem, e estaremos aqui para votar a lei e efetivar esse pessoal. Tenho a certeza de que o Sind-UTE fará todo o possível para que ela seja considerada inconstitucional, mas aí esperaremos, e muitos poderão aposentar-se.

Não sei como um grupo de advogados ficou sabendo quem é efetivado. Não deve ter sido, Lafayette, o Sind-UTE que passou. Mas já está marcada uma reunião, dia 11 de outubro, com os efetivados e alguns advogados, que estão sabendo quem são os efetivados em Ubaí, e estão chamando o pessoal de Icarai e São Romão. Ai eles vão propor que vão dar o céu para os efetivados, que vão entrar na Justiça e que todo o mundo vai ter direito ao INSS, ao fundo de garantia. E o céu neles. Mas vão cobrar R\$250,00 de cada professor. Se forem 20 mil, vai dar R\$5.000.000,00, para cuidar dos efetivados. É o que esse pessoal está querendo fazer com vocês.

Presidente, o PTB está 75% aqui hoje. Com certeza, terça e quarta, vão estar 100%, e ao lado do nosso querido professor, servicial, atendente, efetivado. Tenho a certeza que V. Exa. vai colocar-la em pauta, e estaremos aqui para votar. Muito obrigado, deputado Lafayette.

O deputado Lafayette de Andrada* - Muito obrigado, deputado Arlen Santiago, pelas suas palavras. Concedo aparte ao eminente deputado João Vítor Xavier, nosso representante da capital.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Meu caro amigo Lafayette, presidente Dinis, como todos sabem, não sou de família política, não tive o privilégio que V. Exa. teve de aprender a política dentro de casa, no lar, no berço da família. O nosso presidente teve isso muito bem, com um pai que foi um grande prefeito, que é de uma família política. Ainda estou aprendendo na política, ainda estou caminhando.

Fico perplexo quando a vida de 100 mil famílias está em jogo e alguém está preocupado com eleição. Não é possível que, no momento de votar um projeto que vai decidir a vida de pais e mães de família, pode ter vindo deputado aqui preocupado com eleição. Qual a novidade de o PT estar contra os professores hoje? O PT esteve contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, deputado João Leite; o PT esteve contra o Plano Real; o PT esteve contra a indicação de Tancredo para a redemocratização do Brasil. O PT esteve contra a Constituição de 1988. Qual a novidade? O PT não se preocupa com as pessoas, o PT só se preocupa com o seu projeto de poder. A única preocupação do PT, neste momento, é com as eleições deste domingo. Não estou aqui por causa de partido, não estou aqui por causa de governo, não estou aqui por causa de eleição. Se fosse para pensar em eleição, estaria lá fora, na rua, pedindo voto. Mas



cancelei cinco agendas de campanha para estar aqui. Estou aqui por conta da D. Agda, uma servidora do Estado, cantineira da Escola Pero Vaz de Caminha, na região de Cachoeirinha. Ela é mãe de um colega de trabalho do meu gabinete. Ficou viúva há um mês, deputado Lafayette. Tudo que ela tem é o cargo dela no Estado. É nela que estou pensando.

O deputado Lafayette de Andrada* - E o PT quer expulsá-la, demiti-la.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Junto dela, são milhares de mães: mães solteiras, mães viúvas, mães jovens, pais, trabalhadores e trabalhadoras, que merecem o meu respeito, que merecem o meu carinho, que merecem que eu tenha obrigação de estar aqui. Não sou responsável pelos que se ausentaram, pelos que não vieram, pelos que não estão presentes. Estou aqui cumprindo a minha obrigação, porque não seria digno de buscar a reeleição se, no momento de votar a vida de tantos pais e tantas mães, eu não estivesse presente aqui.

Estou aqui em respeito ao meu colega Fred Pedrosa Aquino, de Caeté. Ele estava ali, em cima, na galeria. Ele me ligou ontem, pedindo que eu estivesse aqui, porque a vida dele está em jogo, porque o trabalho, os anos de dedicação ao Estado estão em jogo. Não consigo compreender como alguém, num momento de tanta dor, de tanto sofrimento de pais e de mães, pode querer transformar essa questão numa mera disputa eleitoral, obstruindo a pauta, impedindo a votação, pedindo para que a bancada não compareça, pedindo que o partido não compareça, que não esteja aqui.

Acho que é passado o momento no País, e as manifestações do ano passado e os resultados de todas as pesquisas qualitativas nas eleições, todos os resultados, deputado Arlen, mostraram isso.

O povo não está preocupado com partido. O povo não está preocupado se é do lado A, do lado B, o que é esquerda, o que é direita e o que é centro. O povo está preocupado em colocar pessoas que trabalhem pelo desenvolvimento do País. Até que dia esse radicalismo xiita do PT vai continuar obstruindo os avanços importantes? Será que é mais importante para o PT a eleição de domingo que a vida dessas 100 mil famílias? Vale tudo para ganhar uma eleição? Será que vale tudo para ganhar uma eleição?

Para mim, não vale tudo, deputado Lafayette. Não valeria, para mim, abrir mão de estar aqui pensando na D. Agda, pensando no meu amigo Fred, pensando nos meus professores da Escola Estadual José Brandão, porque sou aluno de escola pública, pensando nos meus professores da Escola Municipal Doutor João Pinheiro, onde estudei, na cidade de Caeté, pensando em tantos que deram a vida para que eu tivesse oportunidade de educação. Sabe de quem me lembrei hoje, deputado Lafayette? Da Profa. Rosângela, que foi minha professora de Biologia, no estadual lá em Caeté.

Há alguns meses, estive na escola para comemoração dos 70 anos da Escola Estadual José Brandão. Fui recebido, com extrema alegria, por tantos professores, por tantos amigos, por pessoas que me viram crescer e que hoje têm orgulho da carreira que construí na Rádio Itatiaia, no jornal *Super*, e da minha vida parlamentar limpa e honesta. Muitos dos meus professores estavam lá, e, com muito carinho, eles me receberam. Uma professora pegou um cartaz e foi para a porta da escola protestar, a Profa. Rosângela, conhecida em Caeté como Rosângela do PT. Ela não está aqui hoje. A Rosângela do PT não está aqui hoje. A Rosângela, que é representante do Sind-UTE em Caeté, não está aqui hoje, ao lado dos professores, ao lado dos educadores.

O deputado Lafayette de Andrada* - Caiu a máscara do Sind-UTE, do Sind-PT.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)* - Agora gostaria de saber se o Sind-UTE, que cada dia mais se mostra um braço politizado, gastando dinheiro dos professores para fazer campanha para o PT, vai soltar uma nota na internet com a carinha dos deputados do PT e do PMDB que não vieram votar o projeto dos educadores hoje. Ele não vai. E sabe por que, deputado Lafayette? Porque o Sind-UTE não se presta a defender o interesse dos professores. O Sind-UTE presta-se tão somente a ser um capacho das demandas do PT em busca da construção de um projeto de poder.

Quero agradecer a oportunidade a V. Exa. e dizer que lamento profundamente que, num momento de tanta dor para tantas famílias, o PT esteja preocupado com a eleição, e não com a solução para quase 100 mil pais e mães de famílias. Muito obrigado, deputado.

O deputado Lafayette de Andrada* - Obrigado, deputado João Vítor Xavier, pelas suas sábias palavras. Concedo aparte ao eminente deputado João Leite, que, como eu, é signatário da nossa PEC nº 69.

O deputado João Leite (em aparte)* - Muito obrigado, deputado Lafayette de Andrada. Falarei rapidamente, já que sou um dos inscritos para discutir essa matéria e farei uma discussão mais longa. Entretanto não poderia deixar de dar algumas informações.

Primeiro, estamos aqui por causa de 100 mil pessoas ou mais, reunindo as famílias e todas essas pessoas. Isso quer dizer parlamento. Parlamento representa as pessoas, não um pensamento de um sindicato ou algo parecido. Depois, queria informar que ninguém foi iludido. Fui chamado por todo este estado para falar sobre a proposta da PEC nº 69. Onde estive, informei que é um processo, é a tramitação. Não é na mesma hora. Precisamos de 48 votos favoráveis. As pessoas vieram à Assembleia Legislativa informadas sobre isso. Os deputados foram chamados pelas pessoas. O deputado João Vítor Xavier falou aqui, agora, que recebeu um telefonema de um apoiador, que é efetivado, pedindo que ele viesse a esta Casa. Isso vai acontecer a partir de agora.

É interessante. O deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa, foi criticado porque colocou a PEC na pauta.

O PT não queria a PEC na pauta. O presidente deste Poder foi destrutado. Ficaram nervosos, dizendo: “Como o senhor colocou essa PEC na pauta, presidente?” Fomos nós que escolhemos o presidente da Casa, é ele que define a pauta. E ele colocou essa proposta na pauta. Por isso foi destrutado pelo PT, que não aceitava essa decisão. Imaginem o PT mandando em Minas Gerais! A PEC nº 69 não estaria na pauta. Fomos acusados de não dar o piso nacional aos professores. Pergunto: por que o PT do Rio Grande do Sul não deu o piso também, assim como o PT da Bahia? Como disse o deputado Dinis Pinheiro, o governo federal destina apenas 1% à educação, e os governos estaduais não têm dinheiro. Que deputado não gostaria de fazer justiça aos servidores da educação?

O deputado Lafayette de Andrada* - O governo federal não ajuda.

O deputado João Leite (em aparte)* - O governo federal repassa R\$0,32 para a alimentação escolar. Xingaram, disseram que os professores não podem se alimentar. Mande mais dinheiro, governo federal! Destinar R\$0,32 para a alimentação escolar? Onde estão os trilhões arrecadados no País? Hoje cedo, a professora deu biscoito para o seu filho em casa, e 48% são imposto e vão para o governo federal, mas deveriam voltar para a educação. Deem uma olhada na saúde e na educação para verem que o que está faltando são recursos.



Quando esse governo assumiu, 80% dos presos estavam com a Polícia Civil. Ele realizou uma verdadeira revolução em Minas Gerais. Hoje, há 63 mil presos no Estado e aproximadamente 20 mil agentes penitenciários. Todas as cadeias estão sendo transferidas aos cuidados dos agentes. O deputado Lafayette de Andrada foi secretário de Defesa Social. Somente da Nelson Hungria, penitenciária de segurança máxima, saiu uma companhia inteira da Polícia Militar. Depois, querem vir com o governo do PMDB e do PT. Os seus líderes estavam aqui agora há pouco. Sabem quando os servidores públicos de Minas Gerais recebiam? O PMDB e o PT pagavam os salários em sete chamadas. Vocês são novos e não se lembram disso. Na época, eu era da oposição nesta Casa. Era uma vergonha. Minha mãe, servidora pública, recebia no dia 29 de cada mês. Eles querem voltar a pagar em sete chamadas. Isso é inaceitável.

O deputado Lafayette de Andrada* - O 13º era pago em sete parcelas.

O deputado João Leite (em aparte)* - O 13º era daquele jeito! E agora eles vêm aqui cobrar dos efetivados que eles têm de fazer concurso público. Há contratação neste estado desde a época do Newton Cardoso. E agora vocês têm de pagar o pato? O ministro que foi advogado do PT e nunca fez concurso público na vida toma uma decisão dizendo que 22 mil servidores podem aposentar-se, porque isso é constitucional, mas 70 mil servidores não podem, porque isso é inconstitucional. Que vergonha! É uma vergonha o que fizeram com os efetivados! É uma desumanidade! E ainda querem mandá-los ao INSS. Vão até lá para ver como as coisas funcionam.

Ontem, discutimos sobre a aposentadoria de jogadores de futebol. Fui jogador por 20 anos. Eles pagam o maior teto durante algum tempo. Ontem, sugeriram que estudassem após a carreira e continuassem pagando o INSS. Como um jogador que ganha 1 salário mínimo por mês pode pagar uma faculdade durante quatro anos? Expliquem isso melhor. Como a professora que acabou com suas cordas vocais na sala de aula poderá aposentar-se?

Eles vão fazer um acerto com vocês para mandá-los para o INSS e vão pagar-lhes em sete chamadas.

A D. Geralda, minha mãe, está me vendo neste momento. Ela não perde nenhuma transmissão da TV Assembleia. Mãe, estou lembrando-lhe de ter recebido no dia 29 do mês. Não me deixe esquecer isso. Quando eles aparecem na televisão, ela me liga dizendo: "João, não deixe que eles voltem. Dá tremedeira na minha mão só de pensar que eles vão voltar. O secretário de Administração paga em sete chamadas. Eles querem voltar. Eles querem voltar". Isso dá tremedeira na D. Geralda, coitada, só de pensar que eles vão voltar. E qual governador eles querem?

O Alencar da Silveira Jr. e o Sávio Souza Cruz vão se lembrar disso. A lei orgânica que o PT fez, o relatório que o PT fez dizia que não se poderia gastar menos de 30% do orçamento com a educação. Ai o prefeito Pimentel mandou uma emenda à lei orgânica de Belo Horizonte para gastar só 25%. Nunca se conseguiu gastar 25%. O Tribunal de Contas do Estado colocava que gastou só 19%, gastou só 20%. É esse homem que eles querem trazer! Ele é a salvação! Querem pagar vocês em sete chamadas. Querem um homem que diminuiu o gasto com a educação. Ninguém acredita nisso, gente. É só ir no Google, e ele nos ajudará a lembrar todas essas coisas. Não vou falar tudo, senão gasto o tempo do deputado Lafayette de Andrada. Apenas falarei uma última coisa, deputado Lafayette.

É muito engraçado o PT. O governador do PT, Tarso Genro, quando era ministro da Educação, assinou o piso nacional dos professores, e depois foi ser governador do Rio Grande do Sul. Os professores perguntaram-lhe: "Você não vai pagar o piso que assinou?". Ele respondeu: "Só se o governo federal mandar o dinheiro". Eles querem dar a injeção, mas os braços são dos outros. Mande o dinheiro, é 1% só. É como com a segurança... O Lafayette fala, com propriedade, sobre o que é gasto com a segurança em Minas Gerais, que é 13% do orçamento do Estado. Esse percentual é gasto com segurança pública para termos os agentes penitenciários. O governo federal gasta 0,6% com segurança. Não acreditamos mais em Papai Noel, não acreditamos nessa história da carochinha do PT. Como disse alguém, caiu a máscara do PT e do PMDB. Não queremos mais que o servidor de Minas Gerais receba em sete chamadas. Queremos o que Aécio fez. Ele cortou 30%, fez o choque, não deixou que colocássemos - eu era secretário dele - aqueles cargos de recrutamento amplo. Isso tudo para sobrar dinheiro para pagar o servidor até o quinto dia útil.

Obrigado. Desculpem-me ter tomado tanto tempo.

O deputado Lafayette de Andrada* - Obrigado, deputado João Leite, pelo aparte muito engrandecedor.

O deputado Bosco (em aparte)* - Caro Lafayette de Andrada, quero, só para encerrar essa questão da discussão, cumprimentar V. Exa., cumprimentar a comissão especial, que trabalha em tempo recorde para dar o parecer favorável à PEC 69 e para que pudessemos estar aqui hoje com essa expectativa de ter votado. Lamentavelmente, voltamos para nossa região, para a nossa base de Araxá, Perdizes, Santa Juliana, Sacramento, Campos Altos, porque todas essas cidades tiveram aqui seus representantes, que vieram pessoalmente trazer o apoio e, acima de tudo, o clamor e o desejo de ver essa situação, essa injustiça, corrigida por um ato de grandeza desta Casa.

Lamentavelmente, faltou aqui um número considerável de deputados estaduais para que tivéssemos quórum. Cada um que tenha seu juízo, que faça seu juízo. Tenho certeza de que a grande maioria que não compareceu aqui não veio estrategicamente, para que não tivéssemos quórum para a aprovação. Isso é lamentável. A batalha vai continuar. Essa PEC é séria, ela foi assinada por deputados sérios, por deputados que querem fazer justiça a essa classe tão importante para nosso estado, a essa classe que realmente merece e precisa ser reconhecida com política verdadeira, com política séria.

Essa classe realmente merece e precisa ser reconhecida, mas reconhecida com política verdadeira, com política séria, não com demagogia, como aquilo que temos visto aqui durante todo este mandato. Sabemos que há deputados e deputadas que realmente estão querendo resolver a situação. Sabemos também que aqui há deputados agindo por interesse meramente político, por política partidária, que não querem resolver os problemas. Eles torcem por quanto pior, melhor. Não temos mais que compactuar com essa política.

Deputado Lafayette de Andrada, quero reafirmar a todos os profissionais da educação de Minas Gerais efetivados pela Lei nº 100 que estarei aqui atento, na próxima semana, à disposição, como estou hoje, para aprovar a PEC nº 69 e fazer justiça a esses profissionais da educação. Muito obrigado.



O deputado Lafayette de Andrada* - Obrigado, deputado Bosco, sempre um lutador, desde o início, pela aprovação da PEC nº 69. Agradeço suas palavras.

O deputado Gil Pereira (em aparte)* - Só quero dizer que na próxima semana também estarei aqui, junto a V. Exa., para que possamos aprovar a PEC nº 69, para acabar com a angústia dessas 98 mil famílias pelas quais sentimos muito.

O deputado Lafayette de Andrada* - Obrigado, deputado Gil Pereira, representante do Norte de Minas, sempre favorável e lutador pela PEC nº 69. Muito obrigado pelo seu empenho.

Concedo aparte ao deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Gostaria de dizer a V. Exa. que estamos aqui até amanhã esperando o PT chegar.

O deputado Lafayette de Andrada* - Lamentavelmente, eles conseguiram obstruir a reunião. Não votaremos hoje. Deputado Alencar da Silveira Jr., o artifício engendrado pelo PT conseguiu êxito. Desde o início eles não queriam votação da PEC nº 69. Eles são minoria, mas têm condições regimentais de obstruir a votação. É isso que fizeram o tempo todo. Gastaram o tempo da tribuna, pediram aparte, brigaram, xingaram e ameaçaram ir para a briga porque não queriam deixar votar a PEC nº 69. Essa é a grande verdade. Agora a máscara caiu.

Pedirei o encerramento, de plano, ao presidente. Peço a ressalva do meu tempo restante para discussão da matéria. Temos convicção de que na próxima semana os deputados estarão presentes. Votaremos e aprovaremos a PEC nº 69.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Para mim não é problema deixar para amanhã. Estarei aqui amanhã, depois de amanhã ou qualquer outro dia. Estarei e votarei favorável.

O deputado Lafayette de Andrada* - O deputado Alencar da Silveira Jr. sempre foi um bravo lutador pela causa da PEC nº 69. Quero fazer esse registro.

O deputado Alencar da Silveira Jr. (em aparte)* - Ao contrário do desespero do deputado Rogério Correia, não estou desesperado por causa de voto, não. Voto é consequência de trabalho. Ninguém aqui hoje quer pegar votos do deputado Rogério Correia. Ele tem os votos dele, V. Exa. tem os seus, o deputado Sávio Souza Cruz tem os dele. A população, nesta reta final, vai analisar e ver. Digo aos telespectadores da TV Assembleia, que criamos, que analisem cada um dos senhores deputados que colocaram seus nomes para apreciação para o próximo dia 5. É isso que precisa ser feito. Todos devem votar com seriedade, com consciência, em quem tem trabalho prestado e propostas. A votação tem de ser desse jeito. O Brasil tem de começar a mudar. O deputado tem de parar de ser despachante de luxo.

Dê-me mais 3 minutos. O deputado tem de parar de ser despachante de luxo. Deputado tem de fazer leis e fiscalizar o Executivo. Estamos aqui fazendo leis.

Muito obrigado. V. Exa. está com pressa para acabar não sei por quê. Poderíamos ficar por mais tempo. São 18 horas. Não tem problema nenhum.

O deputado Lafayette de Andrada* - Agradeço ao deputado Alencar da Silveira Jr.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 6/10/2014, o Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Arlen Santiago

exonerando Bernardo Geraldi Morais Carvalho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Gisele Teixeira Gonçalves do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
exonerando Ivan Duque de Paiva Filho do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;
exonerando Marcelo Eugenio Garcia do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando Maria de Lourdes Ribeiro de Souza do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
exonerando Najara Glenda Frota Pereira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Jairo Luciano Caldeira Rodrigues para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando José Marcos Pereira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Leonardo Leite Froes para o cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
nomeando Marcelo Eugenio Garcia para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;
nomeando Maria de Lourdes Ribeiro de Souza para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 4 horas;
nomeando Vlader Teixeira Gonçalves para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas.

Gabinete do Deputado Marques Abreu

exonerando Celio Gonçalves Pereira do cargo de Motorista, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando Daniella Gomes Reis do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
exonerando Keven Alan Gomes da Silva do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando Renata Cristina Batista Inácio do cargo de Auxiliar de Gabinete II, padrão VL-31, 8 horas;
exonerando Tálisson Dierre da Silva Fialis do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Celio Gonçalves Pereira para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;



nomeando Daniella Gomes Reis para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Gracielle Auxiliadora dos Santos Colen para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas;
nomeando Keven Alan Gomes da Silva para o cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;
nomeando Renata Cristina Batista Inácio para o cargo de Secretário de Gabinete II, padrão VL-36, 8 horas;
nomeando Tálisson Dierre da Silva Fialis para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas.

Gabinete do Deputado Rômulo Viegas

exonerando Aparecida Maria dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 4 horas;
exonerando Bruno César da Cunha Fonseca do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
exonerando Edilson de Oliveira Batista do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
exonerando Rafaela Miranda Camargos do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 4 horas;
exonerando Tuffy Resgalla Neto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;
exonerando Viviane Giarola Lopes do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;
nomeando Tuffy Resgalla Neto para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;
nomeando Viviane Giarola Lopes para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas.

Gabinete do Deputado Tadeu Martins Leite

exonerando Bruna Soares Giesbrecht dos Santos do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 8 horas;
nomeando Bruna Soares Giesbrecht dos Santos para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
nomeando Edmilson Guimarães de Amorim para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas;
nomeando Marco Antonio Maurício Canela Filho para o cargo de Supervisor de Gabinete II, padrão VL-43, 8 horas.

TERMO DE CONTRATO Nº 52/2014

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Alegria Instalações de Divisórias Ltda. Objeto: fornecimento de vidros, com instalação, e os seus acessórios, nos quantitativos especificados no contrato. Vigência: 45 dias a contar da data da assinatura. Licitação: dispensada nos termos do art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.